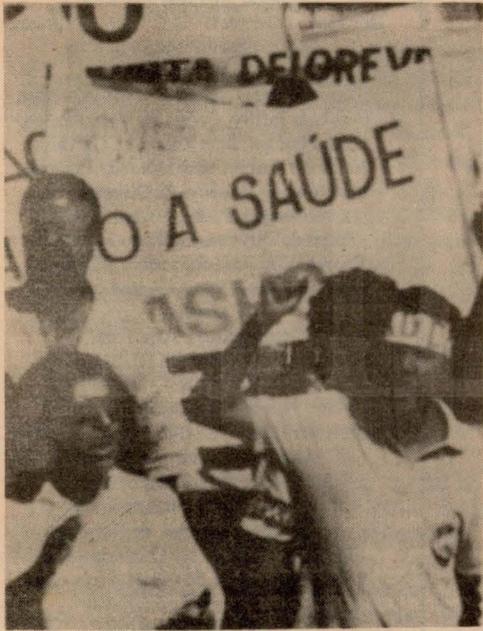




CSC na polêmica: câmaras setoriais

A Corrente Sindical Classista discute a participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais e reafirma que nenhuma negociação pode substituir a luta em defesa da classe operária.

PÁGINA 9



ITAMAR MIRANDA

Trabalhadores da saúde em greve em SP

Crise da saúde deixa população sem assistência

PÁGINA 10

Mobilização adia a votação da Lei de Patentes

PÁGINA 8

Presidencialismo ganha plebiscito com 55% dos votos

PÁGINA 6

Constituição está ameaçada pela pressa da direita

PÁGINA 7

PLANO ITAMAR

Combate à fome recebe menos que usineiros

Apesar de toda a pompa com que foi anunciado, o Plano Itamar não contém nada de concreto que leve a acreditar que alcançará seus objetivos de combater a inflação, a recessão e promover a reto-

mada do desenvolvimento. Acelera as privatizações, agora com mais facilidades para o capital estrangeiro. O combate à fome, prioridade em palavras, recebeu US\$ 100 milhões,

enquanto os usineiros ficaram com US\$ 1,2 bilhão. O plano agradou Maluf e ACM, que resolveram dar uma trégua ao governo. O FMI também deu sua aprovação.

EDITORIAL E PÁGINA 5



Plano Itamar não apresenta medidas capazes de enfrentar o dia-a-dia de desemprego, fome e miséria do povo

CARTAS

Vida ao socialismo

Camarada João Amazonas,
No dia 25 de março o PCdoB comemorou 71 anos, décadas de luta em defesa da classe operária e contra a dominação do sistema capitalista, em especial o social-imperialismo e o revisionismo contemporâneo.

Na passagem de mais um histórico ano, como o foram os anteriores, em meio a essa maré anticomunista em que o "mundo burguês" apregoa que o socialismo morreu, o PCdoB dá vida ao socialismo, que é uma fonte de esperanças.

Alguns negam a luta de classes, tentando convencer o lobo mau a não ser tão mau, buscando um limite para a exploração. O PCdoB se reafirma e se afina, mais que nunca, com a teoria marxista-leninista e com o tom da Internacional, pois não encena nenhuma peça no palco da vida, onde o povo seria a platéia, mas respira com a classe operária o ar da revolução e vive as condições concretas de se fazer realizar o socialismo.

Viva o PCdoB!

Viva o socialismo científico!

Washington Rocha de Aquino
Membro da Conam - PB

Valeu, UNE

Lendo matéria no jornal burguês *O Globo*, intitulada "Oposição a Lindbergh quer diretas na UNE", assistimos a mais um ataque encolerado da burguesia. A oposição parte de núcleos dos DCEs da USP e PUC liderados, "coincidentalmente" por pessoas ligadas ao partido travestido de trabalhador, o PT.

Está comprovado que esses líderes dos DCEs estão agindo em nome das elites para minar a estrutura política e atuação da UNE, que vem conseguindo bons resultados com suas grandes passeatas contra os aumentos abusivos das mensalidades, provocando a ira dos donos de escola. O que pretendem com eleição direta? Uma eleição direta pode provocar retrocesso na atuação da UNE, omitindo a entidade da defesa dos estudantes e até jogá-la contra estes. Imagine que na eleição direta os candidatos serão bancados financeiramente por grupos econômi-

cos e estariam submetidos à sua vontade.

Outra coisa que querem é à distribuição das carteirinhas nos próprios DCEs, o que também pode ser fatal, já que se tornaria um negócio rentoso para os diretórios na medida em que os preços estariam sujeitos ao seu controle. Curioso é que essas críticas são feitas às vésperas do congresso da UNE.

A UNE vem tendo grande atuação desde a época do impeachment e a elite sabe o quanto seu discurso político e ideológico atrai os estudantes. Para essa elite é cada vez mais preocupante aturar Lindbergh.

A questão é que querem atingir não somente a UNE, mas o PCdoB, única força em defesa da soberania popular. A UNE é o único apoio dos estudantes, cada dia mais explorados pelos aumentos criminosos da burguesia e por isso temos que ficar de olhos abertos para não cair na armadilha desses hipócritas. Os falsos opositores estão desesperados pelo fato da UNE ter saído do ostracismo e mostrar sua força. Sei disso porque fui vítima das altas mensalidades e tive de trancar matrícula na faculdade.

Valeu UNE. Vamos com força. Valeu PCdoB.

George André da Costa
São Cristóvão - RJ

Dignidade e respeito

Queremos repudiar as ações de violência praticadas pelos empregados do troglodita Antônio Eustáquio Pimenta. Os trabalhadores rurais de Capelinha (MG) devem ser tratados com dignidade e os seus direitos têm de ser respeitados, pois a lei os assegura. Onde estão as autoridades desta cidade?

O que pode fazer o sr. prefeito para proteger o dirigente sindical Vicente Luís Pego e a diretora Maria Rita F. Figueiredo? Este assunto faz parte da sua alçada, dr. Pedro Vieira. Não deixe acontecer o mesmo que ocorreu a Chico Mendes e tantos outros sindicalistas. Cadeia para os carneiros sedentos de sangue. Vibrações de justiça.

Iko Jnana
Governador Valadares
Minas Gerais

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____ Profissão _____
Data _____/_____/_____

Assinatura anual: Cr\$ 600.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 300.000,00
Assinatura trimestral: Cr\$ 150.000,00
Assinatura anual de apoio: Cr\$ 600.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 300.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 150.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinatura de *A Classe Operária*. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística *A Classe Operária Ltda.*, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412

ABRA OS OLHOS

LEI DAS PATENTES



*A liderança do PCdoB na Câmara Federal publicou o jornal **Abra os olhos**, sobre a lei de patentes, rebatendo as mentiras da revista **Veja** em sua edição 1283 de 14 de abril de 1993.*

*Em matéria de capa a revista **Veja** deu um show de manipulação ao tratar da discussão sobre a lei das patentes. Vestindo a camisa dos grandes monopólios internacionais, **Veja** omitiu informações, distorceu fatos, e produziu um texto cujo único objetivo era convencer os seus leitores dos "benefícios" da aprovação da lei. A publicação **Abra os olhos** diz a verdade sobre as patentes.*

Premonição

Estou próximo ao fogo.
Sinto a sua chama em contorções
Provocando-me...instigando-me...
O lobo vaga através de minhas estepes.
O vento uiva em distâncias de corações.
Caçador...Derzu Uzala.

Estou próximo ao fogo.
Cada dia, cada vez, as extremidades
Mais se achegando.

O cheiro doce da pela queimada
Transitando por varandas mal
iluminadas.

Procuo a tal gema do cristal
A qual verte o seu facho
Ao pé da árvore sacrificada.

Ó cantigas de tribos futuristas!
Sereis ouvidas por tantos.

Ó pessoas de sóis vermelhos!
Carregá-los-ão, a pino,
em suas consciências.

Triunfará a ciência
Brandindo sua força
Com os pés firmes
Sobre o túmulo da religião.

Ó dia fatal!
Lá de trás do horizonte
Vens no teu passo inabalável!

Valério Rocha
Santa Maria - RS

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermano Toni, Guiomar Prates,
Sueli Scutti

Colaboradores:
Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz,
Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos,
Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho,
Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune
Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho,
Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira,
Pedro de Oliveira, Umberto Martins -
Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe -
Diagramação: Vinicius Antonio Zanetti
Garcia

Composição e Arte Final
Compuart - Fone: (011) 251-1571
Fotolito: Enfocke
Impressão: Artgraph
Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva
Arquivo: Leandro Shilipake
Secretaria: Sílvia Regina Lopes
Revisão: Márcia Saraiva
Publicação quinzenal da Empresa
Jornalística A Classe Operária - Rua
Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São
Paulo-SP - CEP 01318-020
Fone: (011) 34-4140
Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB
ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande
do Sul, 65 - (068) 224-7329 -
ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e
Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 -
AMAZONAS - Manaus - R. Luiz
Antony, 762 - Centro - (092) 233-
7717 - AMAPÁ - Macapá - Av.
Feliciano Coelho, 882 - Bairro do
Trem - BAHIA - Salvador - R. Carlos
Gomes, 873 - Centro - (071) 321-
6420/ 321-6622 - CEARA - Fortaleza
- R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085)
221-4090 - DISTRITO FEDERAL -
Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa
67 - (061) 225-8202/225-3933 -
ESPÍRITO SANTO - Vitória - R.
Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027)
222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av.
Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º
andar - Centro - (062) 212-4014
MARANHÃO - São Luiz - R. Viana
Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 -
MINAS GERAIS - Belo Horizonte -
R. Padre Belchior, 285 - Centro -
(031) 222-3161 - MATO GROSSO
DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de
Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP
79100 - (067) 721-1390 - MATO
GROSSO - Cuiabá - R. Comandante
Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 -
PARÁ - Belém - R. Manoel Barata,
1157 - Reduto - (091) 229-5200 -
PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II,
932 - Centro - (083) 221-8325 -
PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso
Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-
2038 - PIAUÍ - Terezina - R.
Desembargador Freitas, 1.216 -
Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ -
Curitiba - R. André de Barros, 26 -
Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 -
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro -
R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj.
1601 - Centro - (021) 240-5286/220-
1366 - RIO GRANDE DO NORTE -
Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro -
(084) 222-6323 - RONDÔNIA -
Porto Velho - R. Tenreiro Aranha,
2.122 - Centro - (069) 222-4242 -
RORAIMA - Boa Vista - Avenida
Capitão Júlio Bezerra, 953 - São
Francisco - (095) 224-1870 - RIO
GRANDE DO SUL - Porto Alegre -
R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512)
228-5152 - SANTA CATARINA -
Florianópolis - Avenida Mauro
Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 -
SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto,
890 - Centro - (079) 224-8864 - SÃO
PAULO - São Paulo - R. Condições de
São Joaquim, 272 - Liberdade - (011)
277-3322 - TOCANTINS - Gurupi -
Avenida Goiás, 1962b - Centro.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gracioso

Opinião

Renascer a Quilombagem

JUAREZ TADEU

Coordenador de UNEGRO

A Abolição da escravidão no Brasil - 13 de maio de 1888 - foi uma conquista da luta do negro contra o trabalho escravo. Ela é resultado da articulação de vários fatores: pressão internacional, decomposição do sistema de trabalho escravo etc. Porém, o fator dinâmico que arreventou a estrutura do sistema escravista foi a Quilombagem. Definição do professor Clovis Moura do conjunto de lutas dos negros contra a escravidão.

As consequências sociais da Abolição - marginalização acentuada e progressiva do negro - são decorrentes da linha reformista que prevaleceu no final do processo da escravidão.

Até 1850, os negros lutaram contra a escravidão de armas nas mãos. A partir daí, o eixo da luta é deslocado para o Parlamento. Assume a direção os liberais brancos. Reduz-se o processo de luta armada. A exceção é o Pará. Lá são registradas lutas armadas dos negros contra a escravidão até 1871.

A Quilombagem é o movimento de luta do negro contra a escravidão. Segundo Clovis Moura, a Quilombagem antecede o movimento abolicionista liberal. Seu caráter é radical. O seu centro de articulação é o Quilombo. Mas, além dele, a Quilombagem é integrada por outras formas de rebeldia, coletivas ou individuais: Insurreições (Malês, Salvador), Guerrilhas e ações de bandoleiros (João Mulungu; Sergipe e Lucas da Feira, Bahia). Fazem parte da composição social da Quilombagem os negros fugitivos, índios perseguidos, "mulatos", perseguidos políticos em geral, perseguidos do fisco, bandoleiros, fugitivo de serviço militar, brancos pobres e prostitutas. Eram nos Quilombos e Quilombagem que essa população marginalizada se recompunha, social e politicamente. Palmares foi o ponto alto da Quilombagem.

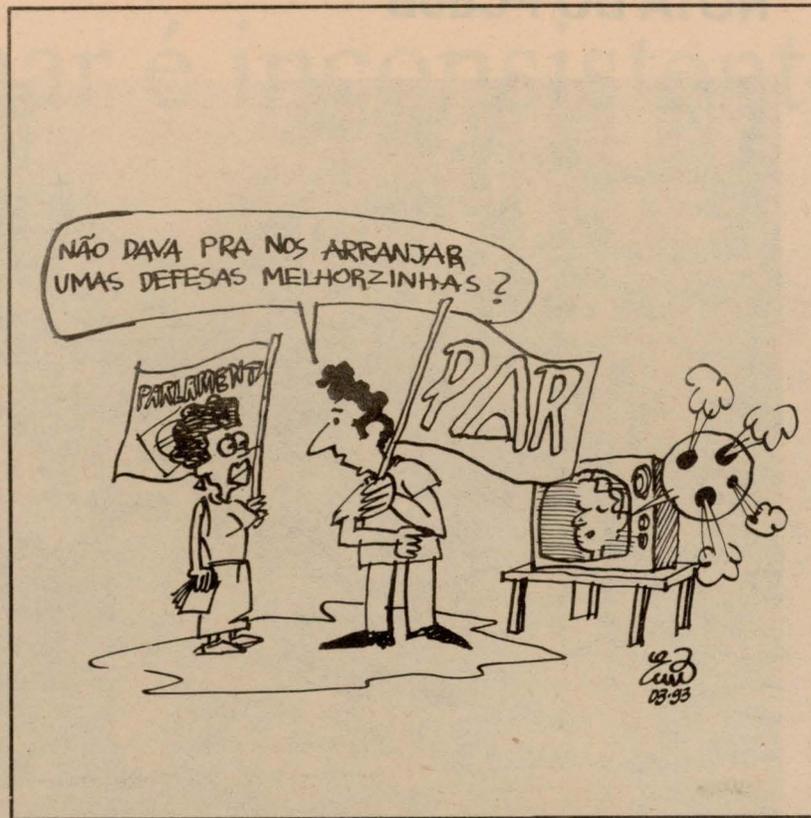
Entram em cena os liberais. A tribuna do Parlamento arrefece a Quilombagem: 1831 - Sob pressão Inglesa, proíbe-se o tráfico de escravos. Mas ele continua. A medida é conhecida como "lei para Inglês ver". 1850 - Promulga-se a lei Eusébio de Queirós. Ela põe fim ao tráfico. 1864/1870 - Guerra do Paraguai. Nela morrem cerca de cem mil negros.

Eles substituem os escravagistas na frente de batalha. 1871 - Aprova-se a lei do Ventre Livre. Ela "liberta" os filhos de escravos. Inicia-se o drama de crianças e adolescentes de rua. 1880 - Cria-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. 1885 - Promulga-se a lei do Sexagenário. Ela "liberta" escravos com mais de 60 anos. A vida útil do escravo era de 7 a 10 anos, na época. 1887 - A Igreja Católica se manifesta contra a escravidão. Mas mantém seus escravos. 1888 - Promulga-se a Lei Áurea. Ela abole a escravidão oficial no Brasil. O país é o último no mundo a abolir a escravidão.

A Quilombagem contruiu a Abolição. Desarticulou o sistema de trabalho escravo. Porém dirigiu a luta no final do processo. Prevaleceu o reformismo. O negro não foi integrado ao sistema de trabalho livre. Foi substituído nele pelo imigrante. Resultado: o negro está à margem da cidadania. Pior: está na alça de mira do processo de extermínio.

Hoje, o 13 de maio é o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. De denúncia da violência do sistema racista. O movimento negro luta pela carbonização do sistema capitalista/racista/excludente. Reata-se o processo interrompido em 1850. A Quilombagem está novamente em curso.

A abolição da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888 foi uma conquista da luta do negro



Cena política agitada depois do plebiscito

O governo Itamar apresentou um plano. Sua pretensão é combater a inflação, a recessão e promover a retomada do desenvolvimento. Mas não apresenta nada de substancial que leva a acreditar que essas metas serão alcançadas. Mantém a nefasta aceleração das privatizações e mais facilidades para que o capital estrangeiro aumente de 40 para 100% seu controle de cada estatal leiloada. Foi sobretudo devido a este item do plano que o editorial do *Estadão* de 26/4 aplaudiu, que Maluf e Antonio Carlos Magalhães resolveram dar uma trégua ao governo. O Ministro da Fazenda, Eliseu Resende, viajou imediatamente aos Estados Unidos para submeter (!) o plano ao FMI. Michel Candessus mostrou-se simpático.

Enquanto isso, prosseguem as pressões para a votação da Lei de Patentes. O substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) já foi aprovado na Comissão Especial que trata do assunto. Mas a votação em plenário foi adiada devido à mobilização das entidades civis da atuação dos parlamentares progressistas.

Ultrapassado o marco do 21 de abril e publicados os dados oficiais do resultado da votação sobre a forma e sistema de governo, constata-se, portanto, que a cena brasileira ficou mais agitada e as peças do xadrez político se movimentam mais nitidamente. Não só o governo toma iniciativas. A vitória do presidencialismo acelerou a corrida

presidencial, que sofre respingos com a renúncia de Quéricia à Presidência do PMDB. Mas a principal corrida, acelerada após o plebiscito de 21 de abril, é a revisão constitucional e das reformas políticas e eleitorais. As elites conservadoras, antes parlamentaristas ou presidencialistas, se unem numa verdadeira cruzada para viabilizar seus planos entreguistas. Explicitam cada vez mais o entendimento de que nesse terreno não pode haver divergências, de que as restrições democráticas com a redução dos partidos e a existência do voto distrital são peças-chave para a implantação do projeto neoliberal entreguista, consoante com seus interesses econômicos.

Mas o povo, que vive o dia-a-dia do desemprego, da fome, da piora crescente das condições de saúde e moradia, vai tomando consciência de que não é possível suportar mais o agravamento dessa situação estimulada pelo projeto neoliberal do imperialismo. Os progressistas, por sua vez, se movimentam no sentido de barrar as privatizações e a aprovação de projetos lesivos à soberania nacional como o das patentes. E os democratas vão tendo a dimensão de quão nocivas são as reformas políticas que visam dar um golpe de misericórdia na democracia, palco decisivo para o crescimento da resistência em defesa da nação e do povo brasileiro.

Crise na direção da CUT

SÉRGIO BARROSO

Executiva nacional da CUT
Coordenação Nacional da CSC

Vão se avolumando fatores de crise e impasse na CUT. Junto a elementos de alto teor explosivo, precipitou-se a volúpia para suceder Jair Meneguelli, no interior da corrente "Articulação". Aliás, na última reunião da Executiva da CUT, ela mesmo, a "Articulação", dividida, esteve à beira de um ataque de nervos.

Mas os problemas fundamentais são de natureza política e ideológica. Não se trata de repetir o óbvio, daquilo que é o determinante. Mas assinalar que os desafios do movimento operário-sindical relacionam-se com os marcos impostos pela conjuntura, vista de maneira mais global. A crise da CUT não seria exceção.

A Plenária Nacional de março da CSC buscou caracterizar os problemas principais: 1) O abandono da perspectiva socialista; 2) O imobilismo inaceitável frente a destruição da soberania nacional; 3) A crescente tendência de enquadrar a ação sindical aos limites institucionais; 4) a doença (de direita) do tripartismo, onde tudo só se resolve na comunhão trabalhadores-empresários-governo; 5) visão estratégica que se dilui no reformismo democrático-burguês; e 6) a burocratização e ultracentralização das instâncias no encaminamento das deliberações.

Por outro lado, se tais causas estão vinculadas a política praticada pela força majoritária na CUT, identificada com a

A disputa pela presidência da CUT está levando a uma paralisia quase completa

onda social-democratizante que assola o movimento operário, seria falso lançar mão de mera solução doutrinária.

Isto também significa combater a fantasia trotskista que desagrada o campo real da resistência dos trabalhadores; que cega inteiramente a correlação de forças dentro e fora do movimento sindical; que se alimenta da auto-satisfação isolacionista.

O fato é que simplificar a questão elaborando manuais "anti-Articulação" neste momento não seria recomendável. Acentuar a crítica, é uma tarefa que se impõe. Crítica combinada com a ação prática, na iniciativa de mobilização dos trabalhadores e elevação do seu nível de consciência política.

Mesmo porque a irresponsável precipitação da disputa pela presidência da central está levando sua direção a uma paralisia quase completa. Não só isso, mas a uma ameaça de esvaziamento e implosão, na medida em que os interesses dos trabalhadores começam a passar a quilômetros de distância. Onde a mesquinha substitui as tarefas políticas, etc.

A CSC não defende o "proselitismo" socialista na CUT, mas considera fundamental o debate sobre a sua experiência e a luta por sua perspectiva. A CSC afirma, no entanto, que está na ordem do dia o aprofundamento da democracia, em nosso país.

Para nós, a defesa dos interesses nacionais diz respeito à resolução da crise estrutural brasileira, opõe-se a espoliação imperialista. O sindicalismo de classe é decisivo na luta contra a exploração capitalista, o que não exclui negociação com patrões ou governos. Temos reiterado que a diversidade de forças que atuam na CUT estabelece a necessidade da ampla democracia sindical, única maneira de potencializar a ação de massas numa central plural.

A CSC se sente no dever de condenar a histeria da antecipação sucessória na CUT. Responsabiliza a "Articulação" pelo imobilismo na direção da central. Espera que não esteja se constituindo no Brasil uma espécie de "cretinismo" sindical.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

BANCADA
COMUNISTAPCdoB quer plebiscito
para leilão de estatais

A bancada apresentou projeto de lei propondo que a alienação das ações da União nas empresas petroquímicas, químicas, siderúrgicas, aeronáuticas, de fertilizantes e mineração somente será feita se autorizada por plebiscito convocado pelo Congresso Nacional. Aldo Rebelo, líder da bancada, afirmou que o plebiscito ampliaria a discussão da sociedade sobre o papel do Estado e traria maior transparência nas privatizações.

“Seria mais difícil ocorrer maracutais como as da CSN”, disse ele, acrescentando que para os comunistas a soberania popular tem grande importância no caso do Programa Nacional de Desestatização. “Está em jogo o modelo de desenvolvimento que se quer para o país e a transferência de valioso patrimônio público para a esfera privada”, completa o líder.

Justificando o projeto, o PCdoB afirma que a Usiminas, Celma, Cosinor e Álcalis, com patrimônios avaliados em US\$ 5 bilhões foram vendidas por US\$ 1 bilhão e 583 milhões, cerca de um terço do valor real. 99,95% foram pagos com moedas podres.

Salvar a Enasa

A deputada federal Socorro Gomes e o deputado estadual Neuton Miranda, ambos do PCdoB (PA), lideram campanha em defesa da Empresa de Navegação da Amazônia S.A., Enasa, de propriedade da União. A empresa, proprietária do maior estaleiro do Norte/Nordeste, passa dificuldades para pagar indenizações trabalhistas e pretende leiloar navios para obter dinheiro. Os deputados querem impedir o leilão, suspenso provisoriamente, porque o preço de venda está muito abaixo do real. O navio Pará foi avaliado em Cr\$ 134 bilhões, mas seu preço de venda foi fixado em apenas Cr\$ 7,5 bilhões. A suspensão do leilão foi requerida por Socorro junto à Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília. A Assembléia Legislativa do Pará realizou sessão especial em que concluiu ser a Enasa indispensável para o desenvolvimento da região.

Defendendo os direitos da mulher, Socorro apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados determinando a obrigatoriedade da realização do exame DNA para identificação de paternidade na rede hospitalar pública do país. O projeto foi assinado por outras deputadas.

Seca nordestina

Renildo Calheiros, deputado federal (PCdoB-PE), propôs que a Comissão Especial da Seca seja integrada também por representantes da sociedade, e não só por deputados, como acontece agora. A comissão se destina a fiscalizar a utilização dos recursos liberados pelo governo federal para combater a seca. Com a sugestão, Renildo espera “contribuir para soluções permanentes para o problema da seca no Nordeste.”

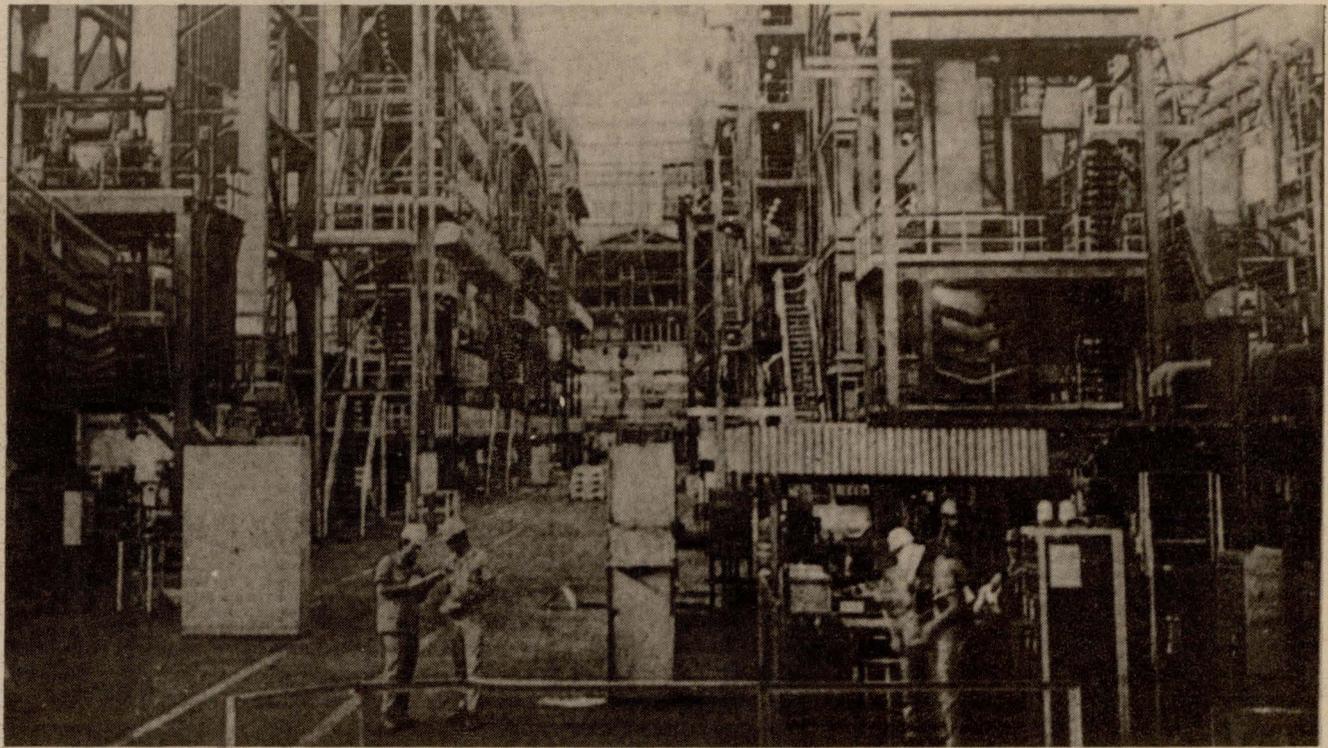
Maracutaia na Sabesp

O deputado estadual paulista Jamil Murad, PCdoB, exige apuração de fraude nas concorrências públicas da Sabesp, empresa de saneamento básico do Estado. Há denúncias de que os empreiteiros sorteiam entre si os “ganhadores” das licitações. As fraudes contra o erário ultrapassam US\$ 40 milhões.

Taboada é o melhor

Pesquisa recente do Instituto Acreano de Estatísticas aponta o deputado estadual Sérgio Taboada, PCdoB, como o melhor do estado, com 12,5% das preferências. Mesmo sem ser cogitado pelo partido para disputar o senado, Taboada é o terceiro na preferência do eleitorado, conforme a pesquisa.

NOTA DO PCdoB



Privatização da CSN, concessão inaceitável

Concessões injustificáveis

■ A Comissão Política do PCdoB reuniu-se no último dia 16 de abril para discutir o quadro nacional. Ao final, aprovou a nota política: “Concessões injustificáveis do governo”, que publicamos na íntegra.

O Partido Comunista do Brasil foi dos primeiros a defender a investidura de Itamar Franco no cargo de presidente da República quando da possível vacância de poder com a destituição de Fernando Collor. Apoiou a interinidade e, mais tarde, sua efetivação no governo. Justificava-se o apoio a Itamar. Era a melhor solução que se apresentava. Mantinha-se a ordem constitucional e afastavam-se as soluções casuísticas e /ou arbitrarias. Suas posições políticas divergiam do neoliberalismo collarido e orientavam-se no sentido da defesa dos interesses nacionais e do regime democrático. Tinha condições, portanto, de seguir rumo distinto do que adotara o presidente afastado pelo povo e pelo Congresso.

Nestes poucos meses de governo Itamar defronta dura crise econômica e social que já vem de longa data, agravada pela política nefasta de Collor. Tem sido difícil buscar o justo caminho. É grande a pressão das forças externas e internas, reacionárias e anti-nacionais. Em defesa dos mesquinhos interesses, as elites dirigentes do país junto com os banqueiros internacionais exigem concessões descabidas, recu-

sando-se a cooperar na superação da crise por eles mesmos criada. E mais: conspiram contra a soberania nacional e contra a democracia no país.

Devido à situação especial em que chegou ao Planalto, Itamar depende do Congresso de maioria conservadora. Não tem partido político próprio, não conta com base estável de sustentação na Câmara e no Senado. Sofre imposições dos grandes empresários e dos banqueiros nacionais. Vê-se compelido, por isso, a fazer concessões que o incompatibilizam com a maioria da nação.

Mais do que nunca, Itamar necessita do apoio do povo, dos trabalhadores, dos setores e partidos democráticos e patrióticos. Estes, no entanto, não podem concordar com concessões que afetam gravemente os interesses nacionais e as aspirações populares. Identificam essas concessões com a antiga política de Collor.

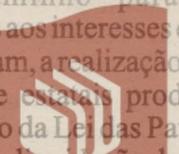
É o caso da CSN. A privatização com aval do governo, dessa empresa símbolo da industrialização do país, merece o repúdio de todos os brasileiros que almejam uma pátria livre e soberana. Não há justificativa que convença - a empresa dava lucros e estava aumentando sua capacidade produtiva. Essa capitulação abre caminho para outros atentados aos interesses do Brasil, como sejam, a realização de novos leilões de estatais produtivas, a aprovação da Lei das Patentes, os ensaios de liquidação da Embraer e, até mesmo, a mutilação do sistema do monopólio do petróleo.

Enquanto isso, aprofunda-se a crise social, o desemprego cresce, a fome aumenta, o custo de vida eleva-se brutalmente em disparidade com os salários e vencimentos, o descontentamento se generaliza.

O país caminha no rumo de uma crise de dimensão imprevisível. O governo não pode isolar-se e vacilar no comando da política nacional. Ou resiste e denuncia os responsáveis pela crise, apoiando-se nas forças democráticas e patrióticas, ou se compromete irremediavelmente com os inimigos do povo e da pátria.

O PCdoB não concorda com ataques indiscriminados a Itamar Franco. Todo esforço deve ser feito para aglutinar forças populares, democráticas e patrióticas em defesa dos interesses nacionais, da democracia e dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Mas a crítica é indispensável. Crítica e exigência de solução aos problemas que afligem o povo para esclarecer a consciência dos brasileiros da necessidade da união a fim de enfrentar a crise e conduzir o país no rumo da retomada do desenvolvimento, da soberania do que é nosso, da superação da miséria, da garantia das liberdades democráticas e da independência nacional.



CDM

São Paulo, 16 de abril 1993

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Comissão Política Nacional do
Partido Comunista do Brasil.

NACIONAL

Plano Itamar é inconsistente

EDSON SILVA

Deputado federal - PCdoB-RS

Precedido de larga expectativa, o governo Itamar apresentou, dia 24 passado, seu Plano de Metas, constituído de três programas: o de estabilização econômica, o de incentivos setoriais da economia e o de combate à fome e à miséria.

Pretende o governo, ao contrário da criminosa orientação recessiva de seu antecessor, impulsionar o crescimento econômico, restringir o desemprego e aplacar o fogo da miséria que arde Brasil afora. Os propósitos declarados do plano são tão contraditórios quanto as reações que se seguiram ao seu anúncio.

Combate à inflação

Muitos analistas fizeram restrições ao documento do governo por não enfatizar o combate à inflação para em seguida retomar o crescimento econômico. Tese, aliás, que não encontra eco em nossa experiência recente de mirabolantes e fracassados planos e pacotes de combate à inflação. De modo geral, eles se basearam na política de segurar a procura, via arrocho salarial e creditício (juros altos e poupança forçada) que deram em recessão e maior concentração de renda, sem que o abusivo aumento de preços tenha sido controlado.

Circunstancialmente, num cenário de inflação elevada como a nossa, um plano governamental de ação econômica e social, consistente e conduzido com firmeza e vontade política, pode partir do crescimento econômico e por ele derrubar a inflação galopante. Mas não é a esse porto seguro que leva o Plano Itamar. Ainda que pontuado por objetivos seguros, a ele faltam consistência e articulação lógica que lhe assegurem realizações sociais e patrióticas.

Retrato do impasse

Se bem analisado, o plano é o retrato fiel do impasse, da encruzilhada a que nosso país foi levado por suas elites. E que nos empurra cada vez mais para baixo. O conflito entre anunciar uma coisa e fazer outra está bem estampado no tratamento que o governo quer dar ao passivo do setor público - as dívidas interna e externa. Pretende não mais alimentar a ciranda financeira, deixando de pagar juros reais - acima da inflação - aos especuladores, os banqueiros em especial. Em tese, o propósito é louvável. Como conseguiu-lo? As indicações de política monetária são até aqui evasivas e pouco sustentadas. De concreto há o anúncio de acelerar e ampliar as privatizações de empresas estatais - uma das peças do projeto neoliberal - para saldar a dívida de curto prazo.



A construção de 233 mil residências não supre o déficit habitacional

É inaceitável que o patrimônio público seja alienado para saciar a sede de lucro fácil do capital especulativo. Mas, desgraçadamente, o governo a isso se propõe, e com determinação. Tanto que vai continuar retalhando o sistema Petrobrás e avançar para o setor estratégico das distribuidoras de energia elétrica, alcançando empresas como a Light. Mais ainda, permitirá que o capital estrangeiro aumente de 40% para 100% seu controle de cada estatal leiloada. Uma tragédia! Está tudo à venda por preço de ocasião, levemente trocado por moeda podre, que, por ser podre, não alivia a crise brasileira.

Meta de arrecadação

O conflito também pode ser visto na meta de aumentar a arrecadação, premiando os que praticam o crime de sonegação. As multas pelo não pagamento de impostos devidos à União poderão ser reduzidas em até 75%. Além do parcelamento da dívida tributária dos empresários espertalhões, que recebem e não transferem para o governo volumosas somas em impostos, taxas e contribuições embutidas religiosamente nos preços de seus produtos e serviços.

Levantamento da Receita Federal revela que 300 trilhões de cruzeiros, devidos sobretudo pelas maiores empresas dos setores financeiro, químico e de bebidas, entre outros, são sonegados aos cofres públicos, equivalendo a cerca de quatro meses de arrecadação de tributos federais.

Que consequência social e articulação de sadios propósitos pode haver na destinação de 1 bilhão e 200 milhões de dólares para socorrer o setor canavieiro, sugado à exaustão por usineiros e poderosos grupos econômicos? É bom que se diga, generosidade aplaudida ostensivamente pelos grandes ruralistas. O mesmo se pode dizer dos 860 milhões de dólares que o plano prevê destinar aos cafeicultores, em detrimento de urgente investimento na melhoria de serviços públicos essenciais.

Assim é o plano, combinado com programas de compensação social, como o de incentivos setoriais - construção de 233 mil residências (meta pouco ambiciosa para um déficit de milhões de habitações), recuperação de estradas, financiamento de produtos agrícolas básicos - e o combate à fome e à miséria.

Se posto em prática, como o presidente se diz empenhado, certamente reanimará a economia em alguma medida, assegurando uns poucos empregos, por exemplo. Em todo o plano, porém, não há uma única linha dedicada a corrigir antigas distorções da política salarial. Os problemas do Brasil, portanto, continuarão, dado os impasses estruturais que nos conduzem ao empobrecimento e aviltamento da soberania nacional. É falso querer agradar a gregos e troianos, de interesses contraditórios. Pior ainda quando a inspiração é dada por orientações do projeto neoliberal, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional.

Elza Monnerat
em GoiâniaROMUALDO P. CAMPOS FILHO
Comitê Regional do PCdoB-GO

De 13 a 16 de abril esteve em Goiânia a veterana comunista e ex-participante da Guerrilha do Araguaia, Elza Monnerat. O objetivo de sua vinda foi a comemoração do aniversário deste importante movimento dirigido pelo PCdoB e buscar apoio para a luta desenvolvida por familiares e amigos dos guerrilheiros desaparecidos. Com boa receptividade na imprensa local, Elza participou de intensa agenda que incluiu debates e presença na Câmara Municipal e Assembléia Legislativa.

Na noite do dia 14 ocorreu um debate com a militância do PCdoB na sede da Comissão Municipal. Dia 15, Elza falou sobre a guerrilha e a luta dos familiares dos desaparecidos no auditório do Instituto de Matemática de Física, numa promoção de várias entidades estudantis (DCE, UEE, CAs de jornalismo e radialismo) e do grupo Tortura Nunca Mais de Goiás. Participou também deste debate Valdomiro Batista, irmão de um jovem desaparecido (Marco Antonio Dias) e dona Santa, mãe do ex-guerrilheiro Divino Ferreira (Nunes).

Com auditório repleto de estudantes, Elza empolgou com um relato minucioso de toda a preparação e a resistência dos guerrilheiros às forças armadas. Dona Santa emocionou o público ao dizer que quando viu seu filho pela última vez não sabia que ele estava indo para uma guerrilha. "Se soubesse, não hesitaria em acompanhá-lo", garantiu. O debate foi às 9 horas da manhã.

Na tarde do dia 15, por solicitação do vereador Aldo Arantes (PCdoB), a Câmara Municipal abriu espaço para Elza fazer um relato sobre a luta que vem sendo desenvolvida para que a União se responsabilize e reconheça as mortes que foram cometidas pela ditadura militar.

Dia 16, a Assembléia Legislativa suspendeu a sessão para ouvir Elza e a comissão que a acompanhava, a pedido da deputada Denise Carvalho (PCdoB). Os deputados presentes se comprometeram a dar o



Elza Monnerat

apoio necessário e a formar uma comissão que pudesse manter contato com autoridades em Brasília, inclusive com o presidente Itamar Franco.

Reflexo da repercussão da presença de Elza em Goiânia foram as reportagens publicadas nos dois jornais diários, em páginas e tamanhos destacados. Um deles, com o título "Memórias de uma ex-guerrilheira do Araguaia".

NACIONAL

PLEBISCITO

Resultado que não surpreendeu

ANA MARIA ROCHA
Membro do CC do PC do B

O panorama diferente no dia do plebiscito de 21 de abril já dava indícios do desinteresse da população. A ausência quase completa da boca de urna, a falta dos folhetos de propaganda, das buzinas dos carros, de concentração de populares nos locais de votação revelavam que o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo não empolgou.

O resultado das urnas confirmou as previsões não só quanto ao desinteresse em relação ao pleito, como as de que o presidencialismo ganharia disparado.

Dos 90,2 milhões de eleitores brasileiros, cerca de 70 milhões compareceram às urnas, 400 mil votaram em trânsito e mais de 23 milhões (25,8%) se abstiveram de votar, índice que atingiu 47,0% na região norte.

A República ganhou disparado da monarquia que ainda assim abocanhou mais de 10% do eleitorado, uma fatia considerável para um país com tradição republicana como o Brasil. O presidencialismo, por sua vez, teve além do dobro da votação do parlamentarismo. E mais, o presidencialismo ganhou em todos os estados do Brasil (vide quadro). Apenas em dois estados, Brasília e São Paulo a votação no parlamentarismo ultrapassou os 30%.

Aliás, São Paulo foi o estado brasileiro em que o parlamentarismo perdeu por uma pequena diferença, de 11,1%. Foi também em São Paulo que houve alguns bolsões parlamentaristas. Em cidades importantes do interior paulista como Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, São Caetano do Sul e Americana o parlamentarismo saiu vitorioso e, na capital, o presidencialismo ganhou por 4%.

Por trás dos dados

O fato do índice de rejeição ao plebiscito ter atingido mais de 40% do eleitorado, se juntarmos o índice de abstenções com os votos brancos e nulos, é um indicador do desinteresse da população que não viu no plebiscito nenhuma causa mobilizadora, ou um aceno mais forte de perspectiva de mudança da situação de dificuldades em que vive. Uma parcela considerável não chegou nem a entender o significado da votação devido ao curto período da campanha, ou mesmo devido à deficiência de esclarecimento do alcance das propostas de forma e sistema de governo em questão.

A derrota esmagadora do parlamentarismo demonstra em primeiro lugar essa desinformação, o medo de votar no desconhecido, prevalecendo uma visão conservadora de votar no que já se conhece, mesmo que essa experiência tenha sido desastrosa na história presidencialista do Brasil. Mas não há dúvida também de que o parlamentarismo perdeu por motivos palpáveis. Desde a fundação da Frente Parlamentarista Ulisses Guimarães, sabia-se que dela participavam setores conservadores. Mas sabia-se que ela também era inte-

grada por setores progressistas que pretendiam se aglutinar e fazer prevalecer uma proposta de parlamentarismo de feição mais democrática. Pouco a pouco os setores conservadores foram impondo suas cartas, deixando os progressistas isolados dentro da frente, sobretudo após a definição do PT pelo presidencialismo, ficando o PC do B sozinho na frente sem espaço para defender sua proposta de um parlamentarismo democrático.

A situação agravou-se ainda mais com o ingresso na frente parlamentarista de figuras marcadamente de direita como Paulo Maluf, que, segundo afirmações de seu publicitário favorito, entrou na campanha parlamentarista para "limpar" de vez a sua imagem. Com isso, Maluf só fez "sujar" o parlamentarismo diante da opinião pública progressista. Outros juntaram-se a Maluf e passaram a defender abertamente um parlamentarismo conservador, com propostas que representariam um verdadeiro atentado à democracia e assinalariam um retrocesso político ao país. Isso confundiu aqueles que buscavam no parlamentarismo uma perspectiva de mudança democrática, de maior participação e representação popular nas instituições brasileiras.

O golpe de misericórdia

Por fim, a campanha televisiva apresentou um verdadeiro desastre para o parlamentarismo. Foi o responsável

pela campanha de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo, Duda Mendonça, quem assumiu a direção dos programas de TV, levando inclusive a apresentadora malufista, Helen Helena. Até a marca da campanha foi elitista, sem grandes significados para as amplas massas. Para completar, a campanha da monarquia se acoplou ao parlamentarismo, acrescentando-lhe mais uma marca conservadora. A campanha não conseguiu explicar direito o verdadeiro sentido de avanço do sistema parlamentarista, nem associá-lo a uma proposta de aprofundamento da democracia. Por outro lado, não conseguiu fazer frente à ofensiva da campanha presidencialista, que assumiu a defesa da República, da eleição direta para a Presidência, deixando passar para a opinião pública a idéia de que o parlamentarismo queria tirar do povo esse direito democrático conquistado com muita luta na batalha das Diretas Já.

Resistir ao plano das elites

Divulgado o resultado do plebiscito, os conservadores deixam cair a máscara de presidencialista ou parlamentarista e assumem a sua verdadeira identidade de promotores das reacionárias reformas políticas e eleitorais, e da antecipação da revisão constitucional. Empreendem uma verdadeira cruzada contra as poucas conquistas sociais da Constituição de 88, às poucas barreiras ainda existentes à penetração do capital estrangeiro no Brasil, à existência dos pequenos

partidos. As restrições democráticas passam a ser para as elites dominantes peça fundamental para fazer prevalecer seus interesses econômicos mancomunados com os do imperialismo, em seu objetivo de romper as fronteiras nacionais e implantar o projeto neoliberal de recessão e miséria para os trabalhadores.

Maluf chegou a afirmar, em opinião no *Estadão* de 24 de abril último, que "mais importante que precipitar a discussão em torno de candidaturas é a definição do conteúdo do que será o Brasil no século 21... Superada a etapa do plebiscito, o país se defronta com a questão verdadeiramente crucial para seu futuro: a revisão constitucional". Já o coordenador da Frente Republicana Presidencialista, o senador Marco Maciel (PFL-PE), convocou uma reunião para iniciar os debates sobre as "necessárias" reformas no sistema político e eleitoral.

E afirmou que os políticos passam agora a concentrar suas atenções em reformas políticas, na revisão constitucional e na sucessão do presidente Itamar Franco.

Resta para os progressistas a alternativa de aglutinar forças e esclarecer a opinião pública, sobretudo os trabalhadores, do verdadeiro alcance dessas mudanças, de seu conteúdo antidemocrático e anti-nacional. Aí não cabe o desinteresse ou a indiferença, sob pena de estarmos avalizando um tremendo retrocesso político no país.

O resultado do plebiscito nos Estados - em % -

Estado	Forma de governo				Sistema de governo				
	República	Monarquia	Em branco	Nulos	Presidencialismo	Parlamentarismo	Em branco	Nulos	Eleitores ausentes
Acre	67.1	8.3	13.8	10.6	64.1	17.5	5.8	12.4	43.1
Alagoas	57.9	8.9	13.1	19.8	54.7	15.4	8.4	21.2	31.2
Amapá	76.1	9.2	8.8	5.8	68.0	21.3	3.4	7.1	43.5
Amazonas	72.9	11.9	8.8	6.2	64.6	24.6	3.7	6.9	50.2
Bahia	65.0	6.7	14.6	13.5	60.0	16.9	7.5	15.4	45.5
Ceará	66.8	8.5	12.6	11.9	59.9	18.7	7.4	13.8	34.9
Distrito Federal	72.0	9.1	6.4	12.3	52.9	30.6	2.8	13.6	15.9
Espírito Santo	62.5	10.8	11.3	15.2	53.6	23.8	5.6	16.7	23.6
Goiás	67.0	10.0	10.6	12.3	57.7	23.7	4.6	13.8	30.5
Maranhão	74.6	5.8	11.5	7.9	71.5	13.1	6.0	9.2	58.6
Mato Grosso	66.6	10.5	12.5	10.2	60.6	21.5	5.9	11.7	40.1
Mato Grosso do Sul	66.7	11.0	10.6	11.5	58.1	23.9	5.2	12.7	25.6
Minas Gerais	63.5	9.3	11.8	15.2	54.5	22.7	5.7	17.0	22.3
Pará	68.7	11.1	11.9	8.1	63.5	21.3	5.5	9.5	47.9
Paraíba	65.3	6.2	13.2	15.1	62.7	12.7	7.2	17.1	33.2
Paraná	66.3	9.7	9.7	14.1	57.6	21.7	5.2	15.3	21.6
Pernambuco	61.8	7.6	13.8	16.6	56.9	17.3	7.0	18.7	31.9
Piauí	68.8	5.1	15.0	10.9	67.7	11.3	8.0	12.8	39.5
Rio de Janeiro	67.0	13.0	8.1	11.7	56.8	26.6	3.4	13.0	17.6
Rio Grande do Norte	63.5	6.0	12.9	17.4	59.2	14.1	7.2	19.3	31.1
Rio Grande do Sul	74.7	7.2	10.0	7.8	65.1	21.2	4.4	9.1	15.5
Rondônia	64.6	11.2	13.4	10.6	61.8	20.1	5.9	12.0	50.1
Roraima	73.7	8.6	10.7	6.8	69.1	18.5	4.3	8.0	41.6
Santa Catarina	65.3	11.0	9.7	13.9	55.7	23.9	5.3	14.9	17.0
São Paulo	64.3	12.7	8.4	14.4	45.6	34.5	4.0	15.7	12.8
Sergipe	62.0	8.0	11.6	18.2	57.9	15.2	7.1	19.6	32.7
Tocantins	70.0	7.1	14.1	8.5	68.0	15.2	6.6	10.0	56.9
Total	66.0	10.2	10.4	13.2	55.4	24.6	5.1	14.7	25.8

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral
Apurados 99,9% dos votos

REVISÃO CONSTITUCIONAL

A direita tem pressa

DILERMANDO TONI

Vencida a polêmica em torno de que sistema de governo o país deveria adotar, a cena política brasileira é ocupada em boa medida pelas discussões envolvendo a revisão constitucional que pelo artigo 3º das Disposições Constitucionais Transitórias "será realizada após cinco anos, contados da promulgação...". Recorde-se que a promulgação da atual Carta Magna se deu no dia 5 de outubro de 1988.

Mas o que realmente chama muita atenção é a voracidade com que as forças políticas de direita, representando os interesses dos grandes empresários e do capital estrangeiro, se lançam sobre o assunto. Paulo Maluf, prefeito da maior capital do país e presidente do recém fundado PPR, chega mesmo a falar numa "nova Constituição". De uma maneira geral esses setores culpam a atual Constituição pela crise que o país atravessa, não faltando aqueles que pretendem até resolver o problema de caixa do governo com a revisão. A complicar o quadro temos um Congresso de ampla maioria conservadora, que seria investido de poderes constituintes já no final de seu mandato e, além disso, as eleições de 1994 quando serão eleitos um novo presidente da república, os deputados federais e estaduais, os governadores de estado e dois terços do Senado.

A toque de caixa

As forças mais conservadoras de nossa sociedade querem resolver o problema da revisão constitucional a toque de caixa. Pretendem antecipá-la liquidando a fatura ainda em 93, sem qualquer participação dos setores organizados da sociedade nas discussões. Partem da idéia - facilmente entendida - de que em 93 seria possível um *consenso* (segundo Maluf) para promover as modificações. De sua parte, o mais-conservador *O Estado de S. Paulo* esclarece a tática da direita falando da necessidade de "fazer o possível para que a revisão seja antecipada, a fim de permitir a aglutinação..."

Em 94 isso não seria possível pois, concorrerão vários candidatos à presidência da República pelo espectro que vai do centro até a direita. Agora eles poderiam agir juntos. Além disso, em 94, em pleno processo de renovação do Congresso, os deputados que normalmente se alinham com a direita, poderiam ceder às pressões populares no sentido de conseguir a reeleição. Dessa maneira, a direita age politicamente visando separar a revisão do processo eleitoral.

Da parte do governo, o ministro Eliseu Resende também prega a antecipação. Justifica-se dizendo que só será possível baixar a inflação após uma ampla reforma tributária que seria objeto da revisão constitucional. Sua proposta foi muito bem aceita pelo presidente da CNI, Albano Franco e pelo presidente da Fiesp, Moreira Ferreira.

Mais sutil

Outro setor das forças conservadoras fala em manter a revisão tal como prevêem as Disposições Transitórias. Interpreta o "após cinco anos" como *imediatamente ou exatamente* após cinco anos. Isso seria então dia 6 de outubro do ano em curso. No entanto aí está contida uma perigosa manobra. A partir dessa data seria *coroadado* o processo.

O deputado Inocêncio "Poços" de Oliveira comanda a articulação que visa transformar as atuais comissões técnicas do Congresso em comissões temáticas da revisão. O objetivo é, já em outubro, ter um projeto de refor-

empresas que apontaram como prioridade na revisão constitucional a mudança dos artigos que tratam de garantia no emprego, piso salarial, licença paternidade, aposentadoria, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e outros direitos sociais.

Pressão imperialista

Os representantes diretos do capital estrangeiro estão em grande movimentação. Formam *lobbies*, dão declarações, fazem manobras de toda a ordem no sentido de conseguir modificações rápidas em dois aspectos centrais. Redefinição do papel do estado na economia e extinção dos limites para a atuação do capital forâneo. Partem da idéia de que a atual Constituição é xenófoba e que isso estaria atrasando o país.

Na questão do estado o que se pretende é acabar com os monopólios constitucionais do petróleo, das telecomunicações e da energia nuclear, setores de há muito cobiçados pelo imperialismo. Querem, ainda acabar com a proibição da atividade mineradora às empresas estrangeiras e uma nova definição do que seja empresa nacional.

Em síntese, pode-se dizer seguramente que está em curso todo um plano que visa ajustar totalmente a Constituição brasileira aos interesses do grande capital e do imperialismo. E o mais grave é que isso se faz sob a capa da modernização e do progresso.

O que há de positivo e de novo em tudo isso é que também se forma um leque de forças amplo, que abarca todos os partidos do campo da esquerda - PCdoB, PDT, PT e PSB - mas não somente eles como também setores do PSDB e do PMDB que, por motivos diversos vêm defendendo o adiamento da revisão constitucional.

É óbvio que do ponto de vista estritamente jurídico cabe uma interpretação variada do artigo 3º das Disposições Transitórias.

Mas o problema é antes de mais nada de natureza política. Não seria melhor que a revisão constitucional fosse fruto dos debates em torno dos programas dos candidatos - desde ao cargo de presidente até aos de deputados - a se realizar na campanha de 94? Os candidatos progressistas teriam nessa ocasião melhores condições de expor ao povo os resultados nefastos do neoliberalismo.

Nessas condições é perfeitamente justificável uma ampla campanha de denúncias dos planos da direita e *absolutamente necessária* a formação de uma ampla frente de partidos, entidades e personalidades visando defender a soberania nacional, a democracia e os direitos sociais dos trabalhadores.



ma da Constituição pronto, a partir do qual, rapidamente, o plenário das duas casas, por maioria simples, se posicionaria. Dessa maneira estariam mantidos os prazos previstos e não haveria coincidência com o processo eleitoral.

A sutileza de uns ou o açodamento de outros não conseguem esconder entretanto suas verdadeiras intenções. Pretendem fazer uma reforma constitucional a mais ampla possível no sentido de golpear todas as conquistas nacionalistas, democráticas e sociais que a atual Carta contém. Diversas pesquisas realizadas no Congresso ou entre os empresários comprovam exatamente isso. A Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, ouviu 90 entidades patronais e

Brasil - miséria e contrastes

Os números da miséria em que vive o povo brasileiro são realmente estupefacentes e revoltantes. Numa das recentes edições da *Classe* comparamos a situação da renda do povo com os lucros dos banqueiros e procuramos desvendar as causas e os caminhos que levam à que o país seja o campeão mundial de concentração de renda. Mas vejamos mais alguns dados que ilustram bem essa situação.

1) A consultoria Towers Perrin Internacional realizou uma pesquisa sobre os rendimentos dos executivos em 120 empresas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná e obteve os seguintes resultados:

- um presidente ou gerente-geral de empresa no Brasil, somados o salário fixo, o variável e os ganhos indiretos, têm uma renda mensal entre US\$ 20,7 mil (Cr\$ 662,4 milhões*) e US\$ 35,3 mil (Cr\$ 1,130 bilhão). Algo em torno de 360 e 610 salários-mínimos respectivamente;

- os vice-presidentes e diretores obtêm uma remuneração total que fica entre US\$ 12,6 mil (Cr\$ 403,2 milhões) e US\$ 20,4 mil (Cr\$ 652,8 milhões);

- entre a alta gerência os salários ficam entre US\$ 8,5 mil (Cr\$ 272 milhões) e US\$ 11,8 mil (Cr\$ 377,6 milhões).

2) No dia 5 de abril realizou-se no Palace, em São Paulo um leilão de cavalos árabes. O garanhão Ponomarev foi vendido por US\$ 575 mil. O arrematante foi Elos Noli, casado com a herdeira do Banco Rural e da Tratex (empresas que tiveram seus nomes vinculados ao escândalo PC Farias). A "bagatela" paga pelo banqueiro equivale a 10 mil salários-mínimos ou daria para comprar 100 fusquinhas.

3) O mais recente relatório da FAO (entidade da ONU) revela, de outro lado da ponta, que no Brasil, a cada três minutos, dois bebês morrem de fome e que no país existem 5 milhões de crianças menores de cinco anos de idade desnutridas, 31% do total dessa faixa etária.

4) O Dieese constatou que em março a taxa de desemprego na grande São Paulo atingiu 15,8, ou seja, 1.243.000 trabalhadores desempregados. Uma outra pesquisa revela que quase 75% da população rural do país está vivendo abaixo da linha da pobreza.

Esse é o resultado concreto do capitalismo dependente que a "saída" neoliberal só fez agravar. A riqueza produzida em nosso país concentra-se mais e mais nas mãos dos banqueiros e dos setores ligados às exportações bem como nos bolsos da "comunidade financeira internacional", pela via do pagamento dos juros da dívida externa. São esses senhores que adoram comprar carros importados, aviões e cavalos caríssimos, cujas esposas realizam-se desfilando com modelitos de milhares de dólares. Tripudiam - ainda impunemente - sobre a miséria de milhões de trabalhadores e desempregados.

A crise social é de tal gravidade que há setores das classes dominantes preocupados com uma possível explosão popular. Estudam formas de contê-la. Acontece que não há saída possível para a crise com remédios ao capitalismo dependente. Só um novo regime, que mude substancialmente as relações de propriedade e mantenha a soberania do Brasil poderá tirar nosso povo da situação de humilhação e dependência.

* Cálculos efetuados com base no dólar comercial a Cr\$ 32 mil, dia 28 de abril de 93.

NACIONAL

Congresso da UBES
será em outubro

MAURO PANZERA
Coordenador Geral da UBES

O II Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) reuniu-se de 23 a 25 de abril em Brasília. Perto de 700 estudantes e mais de 150 entidades estiveram presentes discutindo a nova realidade do movimento secundarista e as lutas do momento.

O Coneg teve seu ponto alto na confirmação da participação dos estudantes de 1º e 2º graus na greve nacional em defesa da educação, marcada para 4 de maio. As entidades aprovaram um Plano Nacional de Emergência para a Educação Nacional, endereçado ao presidente Itamar Franco, a fim de resolver problemas como falta de vagas e a péssima qualidade do ensino público e particular, além de combater os abusivos reajustes de mensalidades e a falta de democracia nas escolas privadas.

Polêmica

O XXX Congresso da UBES ficou marcado de 8 a 11 de outubro no Estado de São Paulo. A discussão dos critérios para o Congresso foi a mais polêmica. Em aliança com a Convergência Socialista e com o mesmo PT que tem espaço em cadernos como o Cola, do Estadão, o MR8 atacou os congressos estaduais, aprovados no Coneg de unificação da UBES, no ano passado. O critério para eleição de delegados é agora de 1 para cada 800 estudantes da escola, antevendo-se um congresso nacional com mais de 8 mil delegados e 10 mil participantes ao todo.

As entidades independentes e as que tinham membros filiados à União da Juventude Socialista (UJS), que deram a tônica ao Coneg aprovando todas as propostas referentes à política da UBES, às lutas e à organização do movimento, assistiram à derrota dessa proposta gritando: "Sou estudante, eu não sou gado, democracia é congresso por estado".

O plano de emergência prevê, entre outros pontos: garantia de prioridade na destinação de verbas públicas para o ensino público; garantia de ampliação de vagas na rede pública; democratização do acesso à universidade; melhoria da qualidade do ensino público; combate ao analfabetismo; imediata aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases democrática; suspensão dos reajustes de mensalidades; aprovação de nova lei de reajustes em substituição às leis 8170 e 8178; e democracia na educação.

Os congressos estaduais garantiriam que houvesse discussões anteriores ao congresso nacional em todos os estados brasileiros e a proposta só não foi aprovada por causa das ameaças a uma parte dos delegados que foram ao Coneg em ônibus fretados pelo MR8. Isso se refletiu ao final do evento no ânimo dos estudantes presentes. A UJS saiu alegre, gritando palavras de ordem da greve nacional enquanto a militância do MR8 saía cabisbaixa para os ônibus.

De olho na lei de patentes

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
LÉCIO MORAIS
De Brasília

Sob intensa pressão por parte do governo dos Estados Unidos, o projeto de lei de patentes deverá ser votado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira, dia 5 de maio. A contrapressão está por conta das dezenas de entidades do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, sindicais, estudantis, religiosas e industriais, que na semana passada mandaram para Brasília mais de 300 pessoas para convencer os parlamentares de que a adoção das patentes é lesiva aos interesses brasileiros. Essa pressão conseguiu adiar a votação que estava prevista para 28 de abril.

Mas a pressão dos americanos é escancarada. Dia 28 de abril, o Jornal do Brasil noticiou que num seminário realizado dois dias antes no Senado dos Estados Unidos para discutir a situação dos "países sem legislação adequada de patentes", senadores democratas, líderes de associações industriais e autoridades do governo Clinton afirmaram que o Brasil só não sofrerá retaliações comerciais "se o Congresso (brasileiro) aprovar uma legislação baseada no substitutivo do deputado Ruy (sic) Lopes".

Ousadia dos gringos

Um pequeno incidente revela até que ponto vai a ousadia dos gringos: o segundo secretário da Embaixada americana, Edward S. Verona, tentou assistir à reunião realizada pela Comissão Especial que estuda o projeto de lei de patentes, na manhã de 28 de abril, que era reservada aos deputados e assessores. Só não conseguiu seu intento porque a segurança, alertada por um deputado, o expulsou do recinto. Em outra reunião da Comissão, esta pública, realizada à

noite, Edward novamente estava presente, desta vez acompanhado de mais três funcionários da Embaixada.

O substitutivo do deputado Ney Lopes sofreu nessas duas reuniões importantes modificações, que podem ser consideradas como derrotas do relator da matéria. Tais modificações, no entanto, não foram suficientes para atender aos interesses da sociedade civil.

As principais modificações ao projeto que será levado a plenário dia 5 são:

Seres vivos - Na reunião da manhã ficara acertado que não se permitiria a patente de microorganismos isolados, mas apenas dos processos de que eles fazem parte. À noite, a liderança do governo recuou, não cumpriu o acordo e adotou uma formulação mais vaga que permite diferentes interpretações, admitindo a patente dos microorganismos em si.

Lei das cultivares - Foi retirada do projeto a obrigatoriedade do envio, no prazo de um ano após a publicação da lei, de nova proposta de legislação de propriedade intelectual sobre novas espécies, variedades e raças animais e vegetais.

Licença compulsória - O relator adotou uma parte considerável da emenda do governo, deixando no entanto de fora duas questões fundamentais. Primeira, o reconhecimento da prática do abuso de poder econômico por decisão administrativa e, segunda, a conjugação da cessão da licença compulsória com a alienação de parte do empreendimento de exploração da patente do titular. Isto inviabiliza o controle do governo sobre os monopólios conferidos pelas patentes.

Importações paralelas - Suprimiram-se as restrições às importações de produtos patenteados ou decorrentes de processo patenteado. Essas chamadas importações paralelas significavam obstáculos à livre

concorrência e o fortalecimento dos monopólios.

"Pipeline" - Caiu a redação mais permissiva do relator, substituída pela redação da liderança do governo, que só admite o "pipeline" para aqueles produtos que não estejam disponíveis em nenhum mercado do mundo. Isto significa, no entanto, a continuação da retroatividade da lei, violando o princípio da novidade da patente. Trata-se de concessão vergonhosa, que não consta de legislação de nenhum país do mundo, à exceção do México, pressionado em função de sua entrada no mercado comum formado com os Estados Unidos e Canadá (nafta).

Além das modificações, insuficientes, especialmente na questão dos microorganismos, licença compulsória e "pipeline", continuam sem solução satisfatória, do ponto de vista do Fórum, no substitutivo Ney Lopes as seguintes questões:

- A transferência de tecnologia, estratégica para o desenvolvimento autônomo do Brasil;

- O "segredo de negócios", que constitui verdadeiro crime contra a difusão do conhecimento científico;

- O prazo de carência (apenas um ano) para entrada em vigor das patentes de medicamentos e alimentos. Prazos de carência significativos foram adotados por todos os países e seriam fundamentais para que a indústria nacional pudesse se adaptar à nova legislação.

A guerra das patentes não está decidida. Depois da votação prevista para dia 5, que deverá ser acompanhada pelas entidades do Fórum, o projeto será submetido ao Senado Federal. Se for emendado, voltará à Câmara dos Deputados, onde novas batalhas serão travadas contra os interesses estrangeiros. Quem sobreviver, verá...

Entidades científicas à frente da mobilização

A mobilização para enfrentar a pressão dos Estados Unidos que exigem do Brasil a rápida aprovação do Código de Propriedade Industrial, mais conhecido como Lei de Patentes foi e continua sendo fundamental. Em vários estados brasileiros foram criados fóruns em defesa da liberdade e do uso do conhecimento. A nível nacional, uma das principais lideranças desse movimento, é a presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Gilda Almeida. Durante esse processo, Gilda percorreu vários estados visando mobilizar e esclarecer sobre os males que a aprovação desse projeto traria para o futuro do Brasil. Em conversa com A Classe, ela fala sobre a importância de lutar contra esse projeto.

Classe - As pessoas entenderam qual o significado da Lei de Patentes?

Gilda - O que a gente sente é que a imprensa não dá espaço para divulgar os nossos pontos de vista sobre o projeto de Lei de Patentes. Quando dá espaço para o tema sempre coloca que ele é bom para o país, defendendo a abertura para



o capital estrangeiro e mentindo quando afirma que possibilitaria maior desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto, as entidades que mais se envolveram com esta questão foram as entidades científicas, que entenderam em profundidade que ele é prejudicial não só à soberania nacional, mas que prejudica também a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, interessando sobremaneira às multinacionais dos remédios. Esta é uma matéria

muito complexa e de difícil entendimento para a população e a imprensa que poderia ajudar, só fez questão de defender os interesses do capital estrangeiro e dos monopólios. Apesar disso, conseguimos levar essa discussão para muitos trabalhadores, através de seus sindicatos.

Classe - Nesse projeto que está sendo apresentado, o que é mais nocivo aos interesses nacionais?

Gilda - Existe a questão dos seres vivos, nos pontos que falam da biotecnologia e dos microorganismos, que nós achamos que não devem ser aprovados de jeito nenhum. Outro ponto que é extremamente prejudicial é o chamado "pipeline", que é a retroatividade do projeto. O segredo de negócio também é extremamente nocivo. Outro aspecto que avaliamos como importante, caso o projeto seja aprovado é o prazo de carência. Quando essa discussão foi para o GATT, ficou determinado que os países subdesenvolvidos teriam de cinco a dez anos para implementar o projeto. Isso é fundamental para que a gente possa se adaptar a essa nova lei.

NACIONAL

A CSC e as câmaras setoriais

GUIOMAR PRATES

A Corrente Sindical Classista realizou no dia 24 de abril uma reunião com dirigentes de vários sindicatos para discutir um dos temas mais polêmicos do movimento sindical: a participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais (fóruns tripartites que englobam governo, empresários e trabalhadores).

O encontro foi no Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba, interior de São Paulo e contou com a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG) Edmundo Vieira e representantes dos sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Taubaté, Pindamonhangaba e lideranças de São Bernardo do Campo e Santo André.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Edmundo Vieira, a participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais não implica em abdicar de nenhuma das conquistas dos trabalhadores. "Para nós, nenhum acordo pode negar a luta dos trabalhadores", afirmou. Para Tatu, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, os sindicatos têm que fazer assembléias antes de acertar os acordos nas câmaras setoriais e não apenas reunir os trabalhadores para a ratificação dos mesmos, como vem acontecendo em alguns sindicatos que privilegiam a negociação pelo alto.

O encontro aprovou uma resolução que afirma, entre outras coisas: "A CSC não se coloca, por princípio, contra a participação nas câmaras setoriais... Tendo claro os seus limites e levando em conta o quadro de adversidade para a luta dos trabalhadores, a CSC entende as câmaras setoriais como mais um fórum de



Dirigentes sindicais fazem debates sobre as Câmaras Setoriais

negociação. Analisando caso a caso, participa ou não, defendendo os interesses dos trabalhadores. Nestes fóruns levanta bem alto sentidas reivindicações, como a redução da jornada de trabalho, o aumento real de salários, comissões paritárias para discutir a introdução de novas tecnologias, etc. Procura com isso, acumular forças e preparar o terreno para as batalhas mais decisivas".

A experiência das câmaras setoriais tem despertado uma grande polêmica no meio sindical cutista a partir da participação pioneira nesse fórum do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Santo André e Betim que, em março de 1992, firmaram o primeiro acordo do setor automotivo.

Entre as correntes cutistas a Articulação, ou pelo menos seu setor mais forte, implementou uma política bem definida de participação nesse fórum, tendo como porta-voz o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. A Convergência Socialista e a CUT pela Base se colocaram frontalmente contra a participação, pois, segundo essas correntes, isso

caracterizaria uma política de conciliação com o governo e com os empresários. Também a CSC colocou-se, com um debate ainda precário, contra, com o argumento de que se configurava uma política de colaboração de classes, apesar de ter um de seus principais sindicatos participando desde que o fórum foi instituído.

O documento aprovado analisa que a proposta das câmaras setoriais é apresentada pelas classes dominantes num momento de defensiva do sindicalismo brasileiro.

Afirma ainda que "a CSC não nutre qualquer ilusão sobre a postura do patronato. Diante da crise do sistema capitalista mundial, que se reflete com vigor num país dependente como o Brasil, o empresariado procura manter os seus lucros adotando novas estratégias. Entre outras medidas, defende o chamado Estado mínimo, a tal liberdade de mercado e a ilusória parceria social - a harmonia entre capital e trabalho. Neste esforço conta com o apoio de agentes infiltrados no sindicalismo, como a Força sindical. A proposta das câmaras setoriais pode perfeitamente se encaixar nesta estratégia patronal. Vide a proposta da redução dos impostos, diminuindo o poder de arrecadação do Estado, e as idéias da reestruturação industrial. Por detrás do discurso da modernidade e da competitividade, o patronato objetiva unicamente elevar a produtividade e reduzir os custos operacionais - o que resulta no aumento do desemprego. Os trabalhadores não podem cair em mais esta armadilha do capital."

Reafirmando sua concepção revolucionária. A CSC enfatiza que só através da luta unitária e da independência de classe é que os trabalhadores poderão avançar na conquista dos seus objetivos imediatos e futuros. "Não vemos as câmaras setoriais como a panacéia para todos os males. Esta visão, defendida pela corrente majoritária na CUT, a Articulação, coloca a negociação como prioridade, em detrimento da luta. Ela desarma os trabalhadores e permite a viabilização da estratégia patronal". Por outro lado também critica a visão principista, que caracteriza outras correntes da CUT, como a Convergência Socialista, que negam qualquer participação, por princípio, nas câmaras setoriais.

Oposição elege reitor no Amazonas

O médico Nelson Fraiji foi eleito reitor da Universidade do Amazonas no último dia 20 de abril, com 4.086 votos da comunidade universitária formada por 14 mil alunos, professores e funcionários.

A chapa 3, "Fazer valer - a essência da Universidade" venceu a chapa 2, "Valeu - eu quero é mais, da professora Marilene Correa, apoiada pela atual administração petista, com uma diferença de 803 votos.

O clima das eleições nos dois turnos foi marcado por polêmicas que giraram em torno do papel da universidade em relação aos partidos políticos. O PCdoB foi o centro das atenções e dos ataques, por ter sido um dos articuladores da chapa de oposição que foi vencedora no pleito, mostrando com isso, a justiça e o caráter plural que teve ao mobilizar diversas concepções e setores da universidade, inclusive grupos dissidentes petistas da atual administração, que não concordaram com a forma autoritária conduzida pelo reitor Marcus Barros no decorrer de sua gestão, desaguando na formação da chapa "Valeu, eu quero é mais", nitidamente continuísta da política neoliberal implantada pela universidade, através da terceirização dos restaurantes, serviços de xerox, segurança, etc.

A chapa "Fazer valer - a essência da Universidade", encabeçada pelo médico Nelson Fraiji, ex-militante do PCdoB, tem também em seu elenco, a professora comunista, dirigente regional do PCdoB, Arminda Mourão, ocupando o cargo de Pró-Reitora para Assuntos Comunitários.

A posse da nova reitoria acontecerá no mês de julho. Segundo Fraiji, o que sintetiza essa expressiva vitória é a vontade de mudar. "A proposta da chapa 3 e os princípios defendidos, representam a nova universidade que todos nós queremos", afirmou.

Plenária da CSC no Piauí

A Corrente Sindical Classista do Piauí realizou plenária estadual no dia 17 de abril, na sede do Sindicato dos Urbanitários, com a participação de cerca de 100 sindicalistas. A plenária debateu a conjuntura nacional, contrato coletivo de trabalho, balanço e perspectivas da CUT e da CSC no Estado. Ao final foi aprovado um plano de trabalho e eleita a nova coordenação da CSC no Piauí, que será dirigida por Genésio Arruda, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Metalúrgicos do Rio

Acontece nos dias 11, 12 e 13 de maio a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Quatro chapas disputam o voto de 18 mil associados do Sindicato. A chapa 1 *Unidade e luta*, encabeçada por Carlos Manoel, tem a presença de militantes da Corrente Sindical Classista e da Articulação. Outra chapa do campo da CUT também participa do pleito, além de uma chapa da Força Sindical e outra do MR-8. A perspectiva é que as duas chapas da CUT passem para o segundo turno. Entre as propostas da chapa 1 estão: Piso profissional equivalente a 10 salários mínimos; piso de ajudante igual a 5 salários mínimos; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; luta pelo contrato coletivo de trabalho; organização da categoria por ramo de trabalho.

Unidade de ação na prática

O Dia Internacional dos Trabalhadores, 1º de maio, se realiza este ano num quadro de muitas dificuldades para a mobilização. A recessão, que atinge diretamente os trabalhadores, aliada às dificuldades que enfrenta o movimento sindical, agrava ainda mais pela crise de direção da CUT (ver opinião na página 3) forma um quadro onde é difícil vislumbrar grandes manifestações unitárias. Em São Paulo, a CUT Regional ignorou as bandeiras unitárias definidas pela executiva nacional da Central e marcou um ato para a Praça da Sé com o lema "O Brasil é oposição a Itamar". Mas a maior mobilização ficou para São Bernardo do Campo, que encampou as bandeiras unitárias.

O que unificou a luta dos trabalhadores neste primeiro de maio foi:

- Reajuste mensal de salário.
- Aumento real de 20%.
- Salário mínimo com aumento real.
- 40 horas semanais.
- Assentamento imediato das famíli-

as sem-terra no campo.

- Suspensão imediata do programa de privatizações.
- Atendimento social básico em moradia, saúde, educação e saneamento.
- Não pagamento da dívida externa.
- Fim da recessão.
- Contra o Projeto de Lei de Marcas e Patentes.

Tendo em vista a revisão da política salarial do governo, sobretudo em relação ao salário mínimo, agora em maio, e sabendo-se que já existem iniciativas neste sentido no Congresso Nacional, a executiva da CUT definiu que este tema deveria ser privilegiado nas bandeiras de agitação. Propôs ainda que as manifestações resgassem a proposta da CUT, levada pela campanha "SOS Salário Mínimo", que está nas mãos do presidente Itamar Franco. A campanha propõe reajuste mensal com um acréscimo de 5% de aumento real, para que se atinja os valores defendidos pelo Dieese.

NACIONAL

Sistema público de saúde pede socorro

SUELI SCUTTI

O Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo, maior complexo hospitalar da América Latina, está paralisado há mais de dez dias. Motivo: os baixos salários pagos pelo Estado aos seus mais de dez mil servidores. O hospital só atende casos de emergência. Ainda em São Paulo, o Hospital Emílio Ribas, único especializado no tratamento da AIDS; e o Instituto Adolpho Lutz, centro de referência em pesquisas laboratoriais, também têm interrompido suas atividades pelo mesmo motivo.

Na Secretaria de Saúde do município de São Paulo, de janeiro até o momento, houve 896 demissões voluntárias de médicos em virtude dos baixos salários. Destes, a prefeitura substituiu apenas 269. Na rede estadual paulista, onde há um déficit de 4,5 mil médicos, em 1990 eles recebiam o equivalente a mil dólares por mês. Hoje não passa de 340 dólares. De 21 mil leitos hospitalares do Estado de São Paulo, mais de 40% estão desativados.

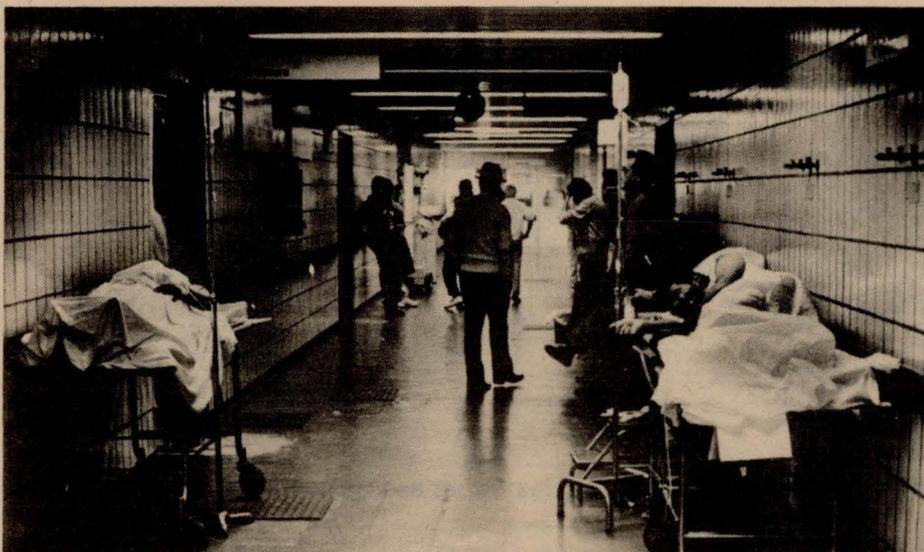
O caos é geral

Se isso ocorre com a saúde pública no estado mais rico do país, o caos é igualmente visível em toda rede pública de saúde do Brasil. O retrato é de total abandono. Hospitais fechados; doentes largados em macas pelos corredores; faltam leitos, médicos, enfermeiros, atendentes, auxiliares e materiais básicos como esparadrapo.

No Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, o ministro da Saúde Jamil Haddad disse que o Brasil não tem o que festejar. E alertou para o fato de algumas doenças que haviam sido controladas estarem voltando - casos da cólera e tuberculose - ao passo que o orçamento para a área só tem diminuído. Num país onde 32 milhões de pessoas passam fome, a saúde não pode mesmo ser boa.

O Secretário Executivo do Ministério da Saúde, José Alberto Hermógenes, diz que o maior problema da saúde no Brasil é o financiamento. O setor não tem fonte regular de recursos. Depende de fontes como a seguridade social, que nem sempre os repassa, ou das intermináveis negociações com o Congresso Nacional toda vez que se discute orçamento da União.

Em 1989, o Ministério da Saúde teve cerca de 11 bilhões de dólares para manter a rede pública. Este ano são apenas 8 bilhões de dólares. Uma redução de 30%. Hermógenes acrescenta



Falta de leitos nos hospitais deixa doentes nos corredores

que essa redução é fruto da crise que o país atravessa, já que 60% do orçamento da União vão para pagamento das dívidas interna e externa.

Sumiço do dinheiro

Mas se faltam recursos para atender decentemente a população, sobram nos bolsos dos corruptos que compõem uma vasta rede de falcatruas contra o sistema público de saúde. Essa talvez seja a maior doença do Brasil. O dinheiro do Inamps geralmente toma dois caminhos: as secretarias estaduais de Saúde, por um lado, e hospitais e médicos conveniados, por outro. Aí a coisa se complica. As secretarias, que deveriam aplicar o dinheiro somente com atendimento à saúde, muitas vezes acabam usando-o para outros fins. Em Minas Gerais, suspeita-se que a Secretaria tenha adquirido um automóvel Opala com essa verba. Uma auditoria do Inamps descobriu até o momento um desvio de 160 milhões de dólares dos recursos destinados às secretarias.

Quanto à verba destinada aos convênios, o caminho mais fácil para o sumidouro são as Autorizações para Internação Hospitalar (AIH), verdadeiro cheque em branco. Médicos e hospitais cobram do Inamps serviços que não prestaram. A coisa chega a absurdos como cobrar cirurgia de paciente que morreu em 1985, isto é, quatro anos antes da operação. Pela cirurgia no defunto, o hospital cobrou do erário 85 milhões de cruzeiros atualizados. E recebeu. Há casos mais escabrosos. Um motorista de caminhão em Goiás foi submetido a uma cesariana!

Hermógenes esclarece que a

distorção é fruto do sistema de pagamentos de serviços prestados pelo setor privado "por atos praticados", o que induz a atos desnecessários, não efetivados. Para coibir esses abusos é que se tenta implantar a descentralização do sistema, pelo que o atendimento ambulatorial não precisa mais de autorização. E as internações só podem ser autorizadas por médicos da rede pública (não conveniados). O sistema atual, conforme Hermógenes, coloca "a raposa cuidando do galinheiro", ou seja, médicos da rede privada autorizando serviço público.

A Lei Orgânica da Saúde prevê a descentralização, sendo que o Ministério continua se encarregando das despesas com manutenção da rede hospitalar. Os municípios se encarregam da administração dos serviços de saúde. Com a municipalização, o ministro da Saúde decretou o fim do Inamps, que perde suas atribuições. "A prestação de atendimento vai ficar com estados e municípios, e o Inamps se torna desnecessário", informa Hermógenes. Com isso, a população de cada cidade tem facilidade

des para fiscalizar a aplicação do dinheiro e para cobrar melhorias no atendimento.

Doenças do subdesenvolvimento

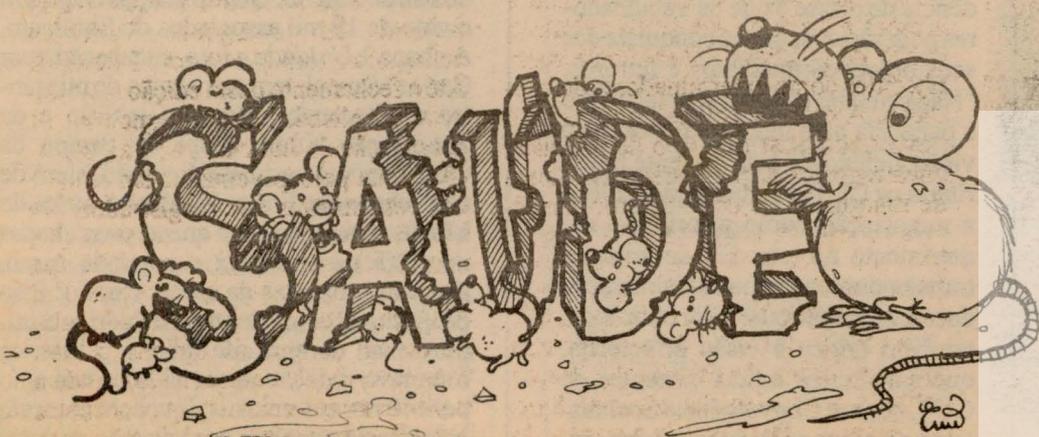
À medida em que as verbas públicas desaparecem com as fraudes, aumentam doenças típicas do subdesenvolvimento, como cólera, malária, diarreia e outras endemias. Nos países desenvolvidos, há predomínio de doenças do aparelho circulatório, câncer - as chamadas doenças do desenvolvimento. Em Cuiabá, a dengue atinge 12 mil pessoas, de um total de 400 mil moradores. A rede de esgotos é precária. Anualmente, o Brasil registra 500 mil novos casos de malária.

Dos 250 mil moradores da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, apenas 10% contam com saneamento básico. Aquela população se vê ameaçada pela cólera. A cidade de São Paulo registrou na última semana o primeiro caso de morte por cólera. Uma análise do Instituto Adolpho Lutz comprovou que todo o marisco da costa sul paulista está contaminado pelo vibrião colérico. Em 1992, a cólera matou 429 pessoas no Brasil. A dengue e a febre amarela fizeram 3 mil vítimas no ano passado. Essas são doenças erradicadas em muitas partes do mundo.

Precárias condições de vida, falta de moradias adequadas, ausência de saneamento básico são as causas principais desse quadro doente. Para se ter uma idéia, países do primeiro mundo gastam 2 mil dólares/habitante/ano com saúde. No Brasil, gastam-se 80 dólares/habitante/ano, enquanto outros países em desenvolvimento investem de 100 a 500 dólares. Hermógenes afirma que essa situação melhorará "quando o país tiver redistribuição de renda, mudança no modelo econômico, com trabalho, terra e condições dignas de vida".

Falta prevenção

Um sério problema da política de saúde no Brasil é que se prioriza a cura em detrimento da prevenção. Isso atrai a gana de proprietários de hospitais e laboratórios farmacêuticos. Para facilitar o acesso da população a medicamentos, o presidente da República e o ministro da Saúde assinaram o decreto 793/93, que padroniza os nomes dos remédios a partir da substância química que os compõem. Além disso, há decisão governamental de fortalecer os laboratórios estatais, com destinação maior de recursos. Isso deve baixar os preços dos remédios e propiciar transparência ao setor de medicamentos. "A reação contrária das multinacionais farmacêuticas mostra que estamos no caminho certo", avalia José Hermógenes.



NACIONAL

Cresce a pistolagem em Alagoas

Qual o crime mais hediondo: o assassinato frio do vereador Renildo, de Coqueiro Seco (AL), ou os assassinatos da Rota, em São Paulo, para assaltar?" Com este argumento, o delegado da Polícia Federal, Wilson Perpétuo, paulista de nascimento e desde 1991 Secretário de Segurança de Alagoas, tenta nivelar os assassinatos praticados por policiais em todo o país. Dessa forma, segundo o raciocínio de Perpétuo, Alagoas não seria exceção.

É parte da verdade. A polícia, de fato, está envolvida em crimes hediondos em todo o Brasil. Não sendo um "privilégio" de Alagoas, isso faria com que o Estado fosse apenas mais um na geografia nacional dos assassinatos. Acontece que em Alagoas o elemento político é determinante. Ele sobrepuja o elemento social. O caso do vereador Renildo Santos - sequestrado por seis homens armados até os dentes, dentro de sua casa em Coqueiro Seco, diante de sua família atônita com os gritos de "é a polícia" - é um episódio exemplar da nova e velha história da pistolagem em Alagoas: a velha tradição de resolver questões políticas através da violência, do assassinato à luz do dia, da rotina de que "todo mundo sabe quem mandou e quem executou" e do silêncio como regra de sobrevivência e imposição do medo - a velha tradição da impunidade.

Banalização da violência

O fato "novo", no caso, é que este crime aconteceu em região fora do círculo do poder do coronelismo alagoano, geograficamente situado no Sertão. Coqueiro Seco é uma minúscula cidade a apenas 30km de Maceió, às margens da Lagoa Mundaú, e sobrevive basicamente da pesca. A cidade se projetou nacionalmente, nas últimas semanas, pela banalização do crime encomendado que chegou a um estágio de profissionalização inédito em Alagoas.

Já não se precisa mais do poder do coronel para matar: basta pagar. O clima de medo, o terror coletivo, é a decorrência natural. Já não é necessário estarem envolvidas forças políticas poderosas. O crime organizado atua como uma empresa. Várias empresas dividem o "mercado" da pistolagem, como numa disputa capitalista qualquer. Elas oferecem seus serviços a quem pode pagar.

Os grupos de extermínio, como empresas de segurança às avessas, atendem desde as brigas de vizinhos aos velhos e grandes confrontos. O famoso delegado Ricardo Lessa (morto há mais de um ano, sem que ninguém tenha sido preso pela autoria material ou intelectual), contava que em Alagoas matava-se por 50 mil cruzeiros - uma feira, se o valor for corrigido. Lessa, famoso por sua participação nos casos de Joãozinho Malta e do usineiro João Lyra, foi metralhado, ao que tudo indica, por homens de sua confiança, num confronto pelo poder contra essa estrutura "empresarial" de assassinatos por encomenda, segundo ele próprio declarou numa entrevista à Gazeta de Alagoas na véspera de sua morte.

Segundo se comenta em setores da própria polícia o esquema tem estrutura montada dentro das corporações policiais, para usar a autoridade e o equipamento bélico do Estado.

Numa detalhada matéria publicada em página dupla da Gazeta de Alagoas de 4 de abril, a repórter Myra Rocha faz um levantamento esclarecedor da vinculação crime-polícia em Alagoas. Na verdade, são casos que, conforme foram acontecendo, todo mundo já sabia "quem fez e quem mandou fazer". Mas a exposição da extensa lista, a repetição de nomes envolvidos, a sequência sistemática, dão à matéria uma impressionante característica de um catálogo macabro, um index de quem é quem na pistolagem de Alagoas.

A Polícia militar tem, em andamento, 130 sindicâncias contra elementos da corporação envolvidos em crimes. Outras 107 expulsões foram feitas - leve-se em conta o longo tempo que tal processo consome; enquanto isso, os envolvidos estão soltos e em ação.

De janeiro de 92 a fevereiro de 93, foram apurados 54 delitos promovidos por policiais: uma média de 5,3 por mês. Destes, 28 são homicídios (apurados e comprovados, é bom repetir porque são a ínfima minoria), dos quais 24 cometidos por policiais militares e quatro por policiais civis. Há ainda seis assaltos envolvendo PMs e nove espancamentos, dos quais sete por PMs e dois por policiais civis.

Um dado curioso ou sintomático: a proporção de policiais por habitantes em Alagoas é quase cinco vezes maior



JOÃO PRIMO

Collor aperta a mão de seu segurança, depois morto por ligação com o crime que a recomendada pela ONU (2,3 policiais por mil habitantes). Em Alagoas tem-se aproximadamente dez policiais militares para cada mil habitantes. Segundo informações do próprio governo, os PMs de Alagoas são proporcionalmente os mais bem pagos do país, o que conduz a duas conclusões: há um forte espírito corporativista (uns protegem os outros e há uma idolatria pelo comando) e não há a "justificativa" da fome para empurrar os PMs para o crime.

Caso exemplar é o do vereador Manoel Rodrigues da Silva, da cidade de São José do Lago, na Zona da Mata, assassinado a mando do também vereador Paulo Araújo. O homicídio foi confessado (caso raro) pelo ex-PM Marcos Antônio da Silva, que confirmou ter recebido Cr\$ 8 milhões pelo serviço, "preço para amigos", segundo ele. Com orgulho, o criminoso apresentou-se como "justiceiro", assumindo nada menos que 15 assassinatos de "marginais", segundo avaliação dele próprio. O "serviço" feito para o vereador, na versão do ex-PM, teria sido o primeiro de sua carreira feito mediante contrato.

Impunidade vem de cima

Eleito governador em 1986, Fernando Collor, dentro de sua estratégia política de apresentar-se como "novo", manteve-se distante dos chefes tradicionais do coronelismo alagoano, chegando mesmo a combatê-los em determinadas situações. Mas não combateu a violência política - seu cunhado Joãozinho Malta, por exemplo, faz das suas e está solto até hoje.

Daí decorreu que, no mundo da pistolagem, ficou um certo espaço vazio, que já foi sendo preenchido ainda no seu governo estadual. Começou a crescer a fama de um ainda nebuloso grupo de policiais, inicialmente reconhecidos como exterminadores de bandidos. A crônica policial, que incita o povo a idolatrar este tipo de policiais, encarregou-se de popularizar a matança de marginais. Se eram mesmo marginais ou não, se eram "ladrões de galinha" ou não, isso pouco importava; eram tratados na crônica como bandidos, e "bandido bom é bandido morto".

A eleição de Collor à Presidência se deu num clima de divisão das forças políticas e econômicas conservadoras em Alagoas. Tradicionais coronéis do

Sertão, fiéis a seus códigos de honra fazem campanha anti-Collor nos dois turnos, enquanto a "nova safra de coronéis" aprofunda sua vinculação ao collorismo. Isso deu mais força a estes novos grupos.

A eleição de Geraldo Bulhões em 1990 unifica as principais forças tradicionais em torno do candidato. Vitorioso, o governo GB aprofunda a ligação direta com Collor - e o vínculo, que inclui obviamente o esquema PC, continua até hoje, após a queda do ex-presidente.

De certa forma, o sentimento imperial de impunidade do poder collorido continua a ocupar as cabeças das forças dirigentes no governo de Alagoas. Alguns dos policiais envolvidos nos crimes de maior repercussão continuam não só impunes, mas em seus postos, alguns de comando. O Secretário de Segurança esquivou-se: "Eu sou só o Secretário da Polícia Civil, não respondo pelo que acontece do outro lado", diz.

Mas a sociedade civil não se cala. Um ato de milhares de pessoas foi realizado em Coqueiro Seco no dia 3 de abril. OAB, CUT, setores da Igreja e partidos políticos criaram um fórum permanente contra a violência e a impunidade e foram os promotores do ato em Coqueiro Seco. O Ministério Público investiga a chocante versão de que esses grupos de extermínio estariam também envolvidos em assassinatos e ameaças contra trabalhadores e sindicalistas rurais, principalmente na região canavieira. O presidente da OAB alagoana, Marcelo Teixeira, denunciou ameaças a vários advogados de sindicatos na região de União dos Palmares, dominada pelas usinas.

Juizes alagoanos também se movimentam e já solicitam a intervenção federal em Alagoas. Também deflagraram uma greve em 12 de abril. Até o fechamento desta edição continuavam paralisados. Entre os motivos da paralisação do Judiciário está a "inovação" feita pelo governador em relação aos vencimentos dos magistrados. Na Constituição Federal, os salários dos magistrados são fixados em 75% dos proventos dos deputados federais. Em Alagoas, os juizes ganham 60% do salário de um coronel da Polícia Militar. Essa inversão de valores talvez ajude a explicar muita coisa do que acontece nesse Estado. (da sucursal de Alagoas).



Renildo (no destaque): mais um na lista dos mortos. Protesto no enterro

NACIONAL

Maluf quer doar a CMTC

GUIOMAR PRATES

A posse do Diretor Representante dos Trabalhadores na diretoria da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC/SP), no dia 23 de abril, foi um grande ato contra a privatização da empresa. Com a presença de dezenas de entidades, parlamentares e muitos condutores, assumiu o cargo o comunista Alcides dos Santos, conhecido na categoria como Amazonas. Junto com ele, tomaram posse o membro do Conselho de Administração, Carlos Aparecido dos Santos (Tio Feio) e Celso Coscenza, do Conselho Fiscal da empresa. Todos foram eleitos no final de março para representar os interesses dos trabalhadores na direção da CMTC.

No mesmo dia da posse foi realizada pela Câmara Municipal de São Paulo uma audiência pública, em que falaram diversas entidades e personalidades envolvidas diretamente com a empresa. A administração de Paulo Maluf, que deveria explicar e debater o que pretende fazer com a empresa construída em 1947, não apareceu nem mandou seu Secretário de Transportes ou um de seus representantes na Câmara. Mas no dia 27, ignorando os protestos de diversos setores, Maluf anunciou o seu plano de privatização.

A intenção de Maluf é que, em dois anos, a CMTC deixe de existir como operadora de ônibus e passe a atuar apenas como fiscalizadora do



Mais de 200 pessoas participam do ato contra a privatização da CMTC

sistema. O processo seria dividido em três fases. Já em maio seriam licitadas ou leiloadas 80 das 182 linhas que a empresa opera, além da venda de mil ônibus, além de três garagens, obviamente as mais lucrativas. Cerca de 26 mil funcionários seriam demitidos. Por outro lado, o prefeito pretende que o município assumira o pagamento das aposentadorias e as dívidas que a empresa tem somente passado para a iniciativa privada só os lucros.

A segunda fase da privatização aconteceria ainda este ano, com mais cem linhas e os ônibus a diesel sendo transferidos para as empresas particulares. A última fase seria no final do próximo ano, quando a CMTC estaria operando apenas os ônibus elétricos, a gás e articulados.

Segundo o Diretor Representante

dos Trabalhadores na empresa, Amazonas, os condutores não vão permitir que Maluf faça com a CMTC o que fez com a Paulipetro. "Na verdade, o que o Maluf quer é ser presidente da República e por isso, precisa se mostrar confiável para as elites, quer mostrar serviço e aparecer como o melhor candidato, mas nós não vamos permitir que ele privatize a CMTC, muito menos que chegue à presidência", afirmou.

Durante a audiência pública, o ex-secretário de transportes na gestão de Luiza Erundina, Lúcio Gregório, contando um pouco da história da CMTC, denunciou que desde a sua criação, ela foi utilizada em benefício do capital privado. "O transporte em São Paulo era precário em 1947 e, por isso o município decidiu criar a CMTC. Nos primeiros dias de funcionamento, a direção da CMTC autorizou um aumento de 150% nas tarifas, o que originou um quebra-quebra que destruiu mais de 50% da frota. Obviamente, o prejuízo foi debitado nas tarifas. Com este aumento o transporte passou a ser alvo da ganância dos empresários, que passaram a operar nas melhores linhas. Para a CMTC sobraram as linhas mais longas, longe de suas garagens, gerando um aumento da quilometragem ociosa, enquanto que as linhas curtas e portanto, lucrativas, ficaram com o setor privado". Esta situação se repete novamente, quando Paulo Maluf pretende entregar as garagens mais rentáveis ao setor privado, ficando sob o controle da CMTC as piores linhas e o sistema de Trolibus, reconhecida-mente inviável do ponto de vista financeiro, já que funciona com energia elétrica, bem mais cara do que o combustível.

Para o ex-representante dos trabalhadores na direção da empresa, João Batista, não é surpresa a proposta de privatização, embora Paulo Maluf tenha assinado um compromisso com os trabalhadores da CMTC durante a campanha eleitoral, em que se compromete a manter o controle estatal da empresa. João Batista diz que a defesa da CMTC é fundamental para garantir o direito de locomoção do povo de São Paulo. "Privatizar o transporte é o mesmo que privatizar a saúde e a educação", afirma.

Em São Paulo, os grupos Ruas e Constantin têm interesse em adquirir as garagens mais lucrativas da CMTC.

A quem interessa privatizar a CMTC?

Traíndo compromisso que assumiu publicamente com os condutores durante a campanha eleitoral de 1992, o prefeito Paulo Maluf quer privatizar a CMTC no prazo mais curto possível. A cara de pau e o caráter demagogo desse senhor não deviam causar surpresa, mas convém analisar os argumentos de aparência modernosa com que ele busca justificar esta iniciativa. Maluf lança um sinal, com o olho em 94, de que é o homem ideal para levar adiante o projeto neoliberal das classes dominantes.

O prefeito assegura que a CMTC é uma empresa falida, que só funciona à base de pesados subsídios, a exemplo de todo o sistema municipalizado de transporte herdado da administração Erundina. Deixando de lado a polêmica da municipalização (à época o PCdoB criticou em função dos exagerados privilégios concedidos ao empresariado do setor), o plano malufista traz à tona outras questões mais relevantes. É fato que o sistema de transporte vem funcionando à base de subsídios, mas é assim em quase todos os países do mundo e por uma razão simples: trata-se de um serviço público, que só pode ser entendido como um dever do Estado e não pode ser guiado pela lógica do mercado, ou melhor, pela lei do lucro.

Não precisamos ir muito longe. Recente pesquisa publicada pela Folha de São Paulo indica que 60% dos paulistanos estão indignados com as alterações de Maluf no transporte,

que significam sensível redução da frota em circulação (com o retorno da superlotação), aumento da tarifa bem acima da inflação, além de desemprego para os condutores (cerca de cinco mil demissões na CMTC e nas empresas privadas). A privatização da CMTC agravará tais efeitos e foi o próprio Maluf que indicou que o alvo são as conquistas dos funcionários.

Maluf pretende aplicar, em âmbito municipal, o desgastado projeto neoliberal do chamado Estado mínimo, reduzindo drasticamente as responsabilidades do poder público, mantendo-o, porém, como provedor de recursos para a iniciativa privada. É duvidoso também o destino que Maluf anuncia para os recursos que seriam economizados. Encheriam os cofres das empreiteiras, com obras faraônicas de valor nulo para a população, concorrências ilícitas e provavelmente caixinhas milionárias para a campanha da direita em 94.

Os trabalhadores e toda a população pagariam as consequências. Não cabem dúvidas: os interesses dos setores progressistas da sociedade encontram-se em colisão com os planos de Maluf. Condutores e usuários devem se unir em defesa dos seus direitos, de uma concepção popular de dever público, e contra mais este crime contra o nosso patrimônio que é o plano de privatização da CMTC.

(Gregório Poço - Diretor do Sindicato dos Condutores de São Paulo)

Direita intervém em Sindicato

Os trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul (RS) sofreram um duro golpe das forças de direita. O juiz Manoel Bizarro, da 5ª Vara Cível, determinou intervenção na entidade, afastando todos os membros da diretoria (cerca de 160 pessoas) e nomeou três interventores. Curiosamente, todos os interventores foram derrotados na últimas eleições, realizadas há três anos.

O episódio começou com a suspeita de irregularidades financeiras praticadas pelo presidente do Sindicato, José Altamiro Paim (o Zecão), ligado ao PDT. Ele teria desviado dinheiro de ações trabalhistas para sua conta bancária pessoal. De conhecimento desse fato, a diretoria executiva da entidade, com base no estatuto, decidiu afastá-lo até que a situação fosse esclarecida. Vale lembrar que as irregularidades foram indicadas por relatório de auditoria que vinha sendo feita há vários meses.

Depois da auditoria, José Paim, orientado pela direita, entrou com um pedido de afastamento de toda a diretoria, atingindo diretamente lideranças operárias do PCdoB e do PT. Hoje, dentro da entidade, a situação é de fazer inveja aos tempos da ditadura: a porta do prédio e os corredores estão guardados por policiais militares e os funcionários são vigiados durante o expediente. Contudo, os dirigentes afastados continuam na luta para retornar ao sindicato. Dois mandados de segurança foram impetrados no Tribunal de Justiça do Estado. Enquanto a decisão judicial não acontece, os dirigentes estão em contato com os trabalhadores nas fábricas e já entregaram o dissídio da categoria no sindicato patronal.

Violência contra rurais

Continua a violência contra os trabalhadores rurais. Agora, o líder sindical Florêncio Carneiro foi agredido com um tiro no rosto no dia 7 de abril, no povoado de Cajueiro, município de Santa Luzia, no Maranhão. Sua família de sete filhos está ameaçada de morte, 20 famílias estão cercadas por pistoleiros, ameaçadas de terem suas roças incendiadas e de perderem suas terras onde moram há mais de vinte anos. Tudo isso pela ação criminosa do grileiro e autor de vários atentados, Genésio Carlos da Conceição e seus comparsas que têm o apoio do prefeito Antonio Braide, do delegado de polícia Zé Branquinho e, até agora, dos órgãos do Estado.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão organizou um abaixo-assinado exigindo que o Governo do Estado tome imediatas providências para conter a escalada de violência contra os trabalhadores rurais. Os trabalhadores querem a imediata discriminação das terras para seus legítimos donos, as 76 famílias do povoado de Cajueiro; a imediata substituição do delegado de polícia Zé Branquinho, mandado do prefeito Antonio Braide, que age em favor dos grileiros e pistoleiros; a imediata prisão do criminoso e grileiro Genésio Carlos da Conceição, do seu filho e capangas que continuam atentando contra a vida dos moradores de Cajueiro e impedindo que trabalhem, além de destruir suas benfeitorias e roças. As terras em questão são devolvidas ao Estado e sua discriminação para seus legítimos donos rola no ITERMA há mais de cinco anos sem solução.

LEANDRO SCHILPAKE

INTERNACIONAL



CHIGUITO CHAVES

Com a vitória da direita na França aumentou a violência contra os negros

Cresce racismo na França

G.FELIPE
de Paris

A direita francesa está de volta ao governo desde 30 de março último. Mal tomou posse e já mostra a que veio. Com quatro dias de novo governo, a imprensa já contava quatro jovens assassinados pela Polícia Nacional. As quatro mortes ocorreram em locais distintos do território francês e todas em circunstâncias banais, ou seja, que não podem ser justificadas nem mesmo pelo reacionário argumento de que a polícia agia em "legítima defesa", como às vezes se justificam os governos e policiais autoritários.

O assassinato que mais chocou a opinião pública foi o de um jovem de 17 anos, negro, de origem africana (Zaire), em Paris, num setor qualificado pela própria polícia como "quente". Trata-se do 18º distrito, bairro de grande presença de imigrantes, sobretudo árabes e africanos. O jovem africano foi preso por "suspeita" de ter cometido um assalto, foi conduzido à delegacia e submetido a várias horas de intenso interrogatório, sem que lhe fosse concedido sequer o elementar direito de avisar seus parentes ou de chamar um advogado, coisas que o Código de Procedimento Penal recentemente reformado garante literalmente. Não bastassem essas arbitrariedades preliminares e o fato de se tratar de um menor, o policial encarregado do interrogatório sacou a sua arma e desferiu um balaço que atingiu diretamente a cabeça do garoto que faleceu instantaneamente.

Protesto contra a violência

Imediatamente após o ocorrido, o gabinete de direita de Edouard Balladur, o novo primeiro ministro, se esforçava em explicar os

"incidentes". Mas, decididamente, não convenceu. A população saiu às ruas nas quatro áreas onde ocorreram os assassinatos e promoveu grandes manifestações de protesto contra a violência e o racismo que redundaram em grandes confrontos entre polícia e populares e, não raro, em quebra-quebra de lojas e tudo o mais que os manifestantes enfurecidos encontravam à frente.

No dia 10 de abril, o ministro do Interior, Charles Pasqua, concedeu entrevista em que tentava justificar e declarava que toda e qualquer manifestação popular no 18º distrito e cercanias estava proibida. Ameaça reprimir fortemente qualquer protesto, ao mesmo tempo em que acusava a "infiltração de agitadores".

Combates de rua

Não obstante as ameaças do ministro e a vacilação das organizações anti-racistas que fizeram apelo à calma e chegaram mesmo a cancelar manifestações que estavam previstas para o dia 11, os jovens do 18º distrito voltaram às ruas e enfrentaram o forte aparato policial em verdadeiros combates de rua que duraram todo o sábado. O saldo oficial dos enfrentamentos foi de 30 feridos e mais de 70 presos, dos quais 57 serão processados judicialmente pela "democracia" francesa.

O da violência policial contra os estrangeiros é o que traz de novo a nova maioria de direita no parlamento. O novo gabinete nomeado por Francois Mitterand reflete esta nova maioria e recrudescimento é encabeçada por Edouard Balladur, extremamente ligado ao prefeito de Paris e de direita notório, Jacques Chirac. O discurso xenofóbico e racista que a direita fez durante a campanha eleitoral, seguindo o exemplo da

extrema-direita da Le Pen, que procurava apresentar os estrangeiros como os responsáveis pelo desemprego (já são mais de 3 milhões de desempregados) e o aumento da criminalidade, começa a produzir seus efeitos e a polícia se sente à vontade para agir contra os que pretensamente estariam perturbando a paz e a felicidade do "paraíso" primeiro-mundista, leia-se: os povos do chamado Terceiro Mundo.

Cintos apertados

O clima entre os estrangeiros é de grande expectativa em relação às medidas que o novo governo adotará no tocante à imigração e à permanência em território francês. Teme-se o pior, ou seja, o endurecimento ainda maior do controle sobre os estrangeiros e mesmo expulsões em massa, o que não seria tão fácil, haja vista a existência de fortes movimentos anti-racistas. Mesmo assim, da velha tradição francesa de bem acolher os estrangeiros que procuram o seu território só restam uns poucos vestígios, e é preciso dizer que durante os 12 anos de poder do Partido Socialista de Mitterand, muito pouco ou quase nada se fez para preservá-la e, nesse particular, não fica muito a dever ao programa que a direita se propõe agora a executar com mão de ferro.

Enquanto agita a bandeira da xenofobia, o novo governo anuncia um período de "cintos apertados" para a população francesa com aumento de impostos e privatizações de estatais.

Em todo caso, reina a expectativa de novas manifestações contra a violência e o racismo nos próximos dias e a possibilidade de que manifestações estudantis venham a engrossar os protestos.

Pode-se também desde já antever o início de um período de lutas políticas e sociais intensas na França.

Rússia: plebiscito não resolveu crise

UMBERTO MARTINS

Boris Yeltsin venceu o plebiscito realizado no último domingo, dia 25, na Rússia. Recebeu 58% dos votos na questão que colocava em causa a confiança do eleitorado em seu governo, enquanto a política econômica obteve uma aprovação de 55%, de acordo com dados oficiais, divulgados pela Presidência. Não foi uma vitória espetacular, e está longe de significar a solução da crise política e institucional do país.

É preciso ponderar o nível relativamente alto de abstenções, especialmente quando se considera o tipo de pleito em questão (plebiscito sobre a confiança no governo, rumos da economia, antecipação ou não de eleições para Executivo e Legislativo). Nada menos que 36% dos eleitores deixaram de votar. Isto significa que apenas uma minoria apoiou Yeltsin. É menor ainda (apenas 33%, ou um terço do eleitorado) o respaldo obtido para a política econômica de transição ao capitalismo.

Se prevalecessem os critérios inicialmente definidos pelo Congresso dos Deputados do Povo, que requeria a maioria absoluta (51%) dos eleitores em condições de votar, Yeltsin poderia ser considerado derrotado. Tal exigência, contudo, foi abrandada pelo Tribunal Constitucional.

De qualquer forma, fica evidente que a tão propalada "revolução" efetuada pela burguesia no país, que teve seu momento de glória em agosto de 1991, anda mal das pernas. Criou-se, à época, a imagem de que Yeltsin, o "herói da democracia" montado em um tanque e derrotando a aventura de generais golpistas, era invencível ou pelo menos tinha conquistado um reforço que lhe garantiria o domínio sobre a Rússia por décadas. Agora crescem os indícios de que tudo aquilo não passou de uma mal montada farsa, mas independentemente disto o fato é que o apoio ao presidente russo declinou expressivamente. Estima-se que ele perdeu mais de 12 milhões de votos, em comparação com o que conseguiu quando foi eleito presidente.

O presidente russo jogou pesado para obter sua apertada vitória no plebiscito e teve o apoio decisivo dos países imperialistas. O grupo dos sete grandes (G-7) antecipou uma reunião originalmente convocada para junho em Tóquio, realizando-a em abril, com o único objetivo de anunciar seu apoio a Yeltsin, um bilionário plano de sustentação econômica à transição capitalista e dinheiro vivo para ganhar a opinião pública às vésperas do plebiscito.

O líder da burguesia russa, conforme o comentário dos jornalistas que acompanharam o pleito, realizou uma campanha bem ao estilo ocidental, assessorado pelo Gallup e sustentado por um estridente apoio da mídia (especialmente a televisão) e, naturalmente, sem abrir mão do chamado populismo: ainda na primeira quinzena de abril tratou de dobrar o minguado valor do salário mínimo, instituiu seguro-desemprego e reajustou a aposentadoria, ao mesmo tempo em que controlou o preço de alimentos e outros produtos que atendem a necessidades elementares.

Naturalmente todo este conjunto de medidas, que constitui um dos ônus da apertada vitória de Yeltsin, colocou mais lenha na fogueira da crise econômica. Membros do próprio governo, como Sergei Vassiliev, diretor do Centro de Reforma Econômica, consideram inevitável "uma hiperinflação até o final do ano". O papel do G-7 provavelmente foi determinante para o resultado do plebiscito, mas não se deve esperar que os países imperialistas venham a despejar rios de dinheiro para estabilizar a economia russa. Feitas as contas, segundo o correspondente do Estado, William Frank, dos USA, os bilões americanos em empréstimos programam cerca de US\$ 3 bilhões em dinheiro novo.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

Congresso de comunistas
da Catalunha

O Partido Comunista da Catalunha (Espanha) realizou seu 9º Congresso entre os dias 16 e 18 de abril na cidade de Barcelona. O Congresso contou com a presença de 14 delegações estrangeiras, entre elas a do Partido Comunista do Brasil e recebeu mensagens de saudação de outros 15 partidos comunistas e revolucionários. Na sessão inaugural, depois da execução do hino "A Internacional", foi homenageado o secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, Chris Hani, assassinado há dias por agentes fascistas e racistas sul-africanos.

Em sua saudação aos comunistas catalães, o PCdoB destacou entre outras coisas: "Em todo o mundo sentem-se ainda fortemente os efeitos da onda anticomunista. Sob a direção de uma espécie de centro único da reação, as forças da direita e da social-democracia, fazem de tudo para desestabilizar os regimes socialistas remanescentes e para aniquilar os partidos comunistas. Por isso, a realização do 9º Congresso do Partido dos Comunistas da Catalunha, onde se reafirma a identidade comunista do Partido e se reitera a vigência da luta pelo socialismo, constitui um fator de alento ao combate dos povos pela liberdade, a soberania e o progresso social e um estímulo à reorganização das forças comunistas e revolucionárias na Europa e em todo o mundo".

Durante os três dias do Congresso, os comunistas catalães discutiram uma ampla pauta: a crise do socialismo, com destaque para seus aspectos teóricos, os novos aspectos da situação internacional, após os acontecimentos dos últimos anos na ex-URSS e no Leste europeu, a luta de massas, numa realidade de profunda crise do sistema capitalista na Europa, a unidade das forças progressistas para se contrapor ao plano neoliberal, atualmente conduzido na Espanha pela social-democracia, e a atualização da construção do Partido.

Partindo da autocrítica de que "foram utilizados e copiados modelos, modas, influências de algumas correntes do marxismo, sem uma bagagem teórica própria nem pensamento próprio", os comunistas catalães assumiram a tarefa de impulsionar no partido e em sua área de influência a luta teórica, com a noção de que "um partido comunista deve reelaborar constantemente sua teoria revolucionária". Vem daí, assinala o informe político, "a importância da investigação teórica como tarefa permanente, de forma viva e fazendo do marxismo um método, uma teoria, uma concepção de mundo em constante construção e desenvolvimento".

No plano político, numa acesa polêmica sobre tática, debateu-se sobre a necessidade de evitar o isolamento e a "grupusclicação" do partido, de entender que o momento impõe a unidade das forças progressistas, sem uma visão meramente eleitoral, mas com objetivos revolucionários de construir uma alternativa de poder democrático. Resguardando a identidade de independência do Partido, o Congresso dos comunistas catalães insistiu em que um Partido revolucionário precisa ter uma política de alianças e construir a unidade democrática e popular. Em face disso, o Congresso decidiu abrir negociações com a frente *Iniciativa por Catalunha* (que corresponde a nível local à frente *Esquerda Unida*), visando o ingresso do Partido como força independente nessa organização.

O Congresso aprovou ajustes nos Estatutos e elegeu um novo Comitê Central que continuará a ser liderado pelo secretário-geral Maria Pere.



Grande marcha realizada em Bektu pela reunificação da Coréia

Programa pela reunificação da Coréia

O líder da República Popular Democrática da Coréia, o presidente Kim Il Sung elaborou um programa de 10 pontos sobre a grande unidade panacional pela reunificação da pátria coreana. O programa foi apresentado à 5ª sessão da 9ª legislatura da Assembléia Popular Suprema da RPD da Coréia e aprovada por todos os deputados. Diz o programa:

Reunificar a pátria e pôr fim à história de divisão e enfrentamento de cerca de meio século é a unânime demanda e vontade de toda a nação. Para alcançar a reunificação independente e pacífica da pátria é preciso conseguir a grande unidade panacional. Os que se preocupam com o destino da nação devem unir-se como integrantes da nação homogênea e abrir juntos o caminho da reunificação da pátria.

Independentemente de ser residente no norte, no sul ou em ultra-mar, de ser comunista ou nacionalista, de ser proletário ou proprietário e de ser religioso ou ateu. Quem quer que possua força, conhecimentos ou dinheiro deve contribuir especificamente para a reunificação do país e o florescimento e a prosperidade da pátria reunificada, de por fim à divisão da nação e exaltar a todo o mundo a dignidade e a honra dos 70 milhões de coreanos de país reunificado.

1- Há que se fundar um Estado unificado, independente, pacífico e neutro através da grande unidade panacional;

O norte e o sul devem fundar um estado unificado panacional, que deixe intactos os dois regimes e governos existentes em ambas as partes e represente a todos os partidos, agremiações e setores integrantes da nação. E há de ser um Estado confederativo com igual participação dos dois governos regionais do norte e do sul e um estado neutro, independente e pacífico e não alinhado, que não se incline para nenhuma potência.

2- Há que se alcançar a unidade baseada no amor à nação e no espírito de independência nacional.

Todos os cidadãos, com seu destino ligado ao da nação devem unir-se com a mesma vontade de amar ardentemente

sua pátria e defender com sua própria vida sua independência. Com a dignidade e orgulho de nossa nação devem rechaçar o servilismo às grandes potências e o niilismo nacional que corrompem o próprio juízo da nação.

3- Há que se unir no princípio de fomentar a coexistência, co-prospereidade e interesses comuns e fazer cumpr-los em prol da causa da reunificação da pátria.

O norte e o sul devem reconhecer a existência de diferentes ideologias, ideais e regimes, respeitá-los, desistir de atacar um ao outro e gozar juntos do progresso e da prosperidade. Devem fomentar os interesses de toda a nação acima dos regionais e de classe a fazer todos os esforços para alcançar a causa da reunificação da pátria.

4- Há que se unir para fazer cessar todas as exigências políticas que provocam a desunião e o confronto entre os compatriotas.

O norte e o sul devem abster-se de perseguir e fomentar o enfrentamento, de recorrer a todas as demandas políticas de todas as formas e de se caluniarem mutuamente. Devem renunciar à hostilidade entre os compatriotas, conclamar as forças da nação para fazer frente conjuntamente à agressão e intervenção das forças estrangeiras.

5- Há que confiar mutuamente e unir-se para eliminar a igualmente suspeita de agressão do norte e do sul, da vitória sobre o comunismo e da comunização.

O norte e o sul devem abster-se de ameaçar e agredir um ao outro e de tentar impor seu regime um ao outro.

6- Há que se apreciar a democracia e não rechaçar os que têm indiferenças e insistirem para seguir lado a lado pelo caminho da reunificação da pátria.

Deve-se assegurar a liberdade e a discussão das atividades em prol da reunificação e desistir da repressão, represálias, perseguições e castigos aos opositores políticos. Deve-se evitar desavenças entre os pró-norte-coreanos e pró-sul-coreanos e pôr em liberdade todos os presos políticos e recolocá-los em suas posições sociais, de modo que eles possam contribuir juntos para a causa da reunificação da pátria.

7- Há que se proteger as riquezas

materiais e espirituais dos indivíduo e grupo e fomentar sua utilização em favor do êxito da grande unidade nacional.

Tanto antes como depois da reunificação deve-se reconhecer a propriedade estatal, a cooperativista e privada, proteger o capital e a riqueza do indivíduo e das associações, o capital estrangeiro e as concessões comuns. Há de se reconhecer o valor social e a classificação que tem cada um em todos os setores da ciência, educação, literatura, arte, palavra, imprensa, saúde pública, esportes e assegurar a continuidade dos bens físicos de que desfrutaram os homens de bem.

8- Todos os co-nacionais devem compreender e confiar um no outro e unir-se mediante contatos, viagem e diálogo.

Deve-se eliminar todos os obstáculos de contato e viagem e abrir a todos sem discriminação a porta de entrada.

Deve-se oferecer por igual a oportunidade do diálogo a todos os partidos, agrupamentos, setores e camadas da população e desenvolver diálogos bilaterais e multilaterais.

9- Na via para a reunificação da pátria todos os integrantes da nação no norte e no sul do país e além-mar devem fortalecer a solidariedade entre si.

No norte e no sul do país e além-mar devem apoiar e respaldar sem prejuízos à reunificação da pátria e rechaçar juntos o que for danoso.

Todos, liberados de seu círculo estreito, devem levar uma ação conjunta e cooperar. Na empreitada pela reunificação da pátria todos os partidos políticos, agremiações e compatriotas de distintos setores e camadas devem unir-se.

10- Deve-se valorizar os que contribuíram para a causa da grande unidade nacional e da reunificação da pátria.

Deve-se dispender benefícios especiais aos que contribuíram para a grande unidade nacional e a reunificação da pátria, os patriotas que tombaram e seus descendentes. Deve-se tratar com indulgência os que everedaram pelo caminho patriótico, apesar de seu passado, e estimular igualmente seus feitos pela reunificação da pátria.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Mês da imprensa partidária

A comissão política nacional do PCdoB aprovou em sua reunião do dia 16 de abril último a realização no mês de maio de uma campanha de fortalecimento do órgão central do partido, o jornal **A Classe Operária**. O sentido é comemorar o aniversário do jornal que fez 68 anos de circulação no dia 1ª de maio, com diversas atividades em todo o Brasil durante este mês. Um dos objetivos é fazer finanças visando equipar melhor a redação do jornal, melhorar seu projeto gráfico e editorial. Outro objetivo é elevar o nível de consciência do coletivo partidário para a importância do jornal na unificação



A edição n° 100 da sexta fase

política do PCdoB a nível nacional, a divulgação mais ampla das idéias do partido com uma melhor distribuição e discussão dos artigos contidos na Classe Operária.

Cada Comitê Regional deverá programar no mês de maio uma atividade em seu estado e comunicar à redação da Classe Operária até o dia 12 próximo, para que possamos divulgar na edição 102. Com a campanha Rogério Lustosa conseguimos aumentar consideravelmente o número de assinantes. Agora, com a campanha "O mês da imprensa partidária" pretendemos avançar na circulação e melhoria do projeto gráfico e editorial.

Negros comunistas discutem o racismo

DENNIS DE OLIVEIRA

Militantes negros comunistas de cinco estados reuniram-se na sede nacional do Partido Comunista do Brasil, nos dias 24 e 25 de abril, para discutir a atuação do partido na luta contra o racismo. Os negros comunistas discutiram a conjuntura nacional e internacional, as tarefas gerais do Partido e os problemas a serem superados pelo PCdoB para ter uma intervenção de melhor qualidade nesta frente.

Na parte da manhã do dia 24 foi debatida a conjuntura nacional e internacional. Ponto central do debate: a crise econômica no Brasil e no mundo, particularmente, os seus reflexos sociais. As intervenções destacaram a componente racial presente nos mecanismos de exclusão perpetrados pela política neoliberal. Em todos os continentes, assiste-se a um processo racista de extermínio das populações por meio do aumento da miserabilidade destas populações. Como também pela ação violenta por parte dos aparelhos repressores estatais e não estatais. Reflexo político disto: o crescimento das organizações de extrema direita que pregam abertamente a violência racial como alternativa política.

Diante da necessidade do neoliberalismo de excluir parcelas cada vez maiores da população para consolidar-se como projeto político, constatou-se a impossibilidade de se conquistar o exercício da cidadania da população negra e pobre nos marcos deste sistema.

Os três pontos básicos defendidos pelo PCdoB como o eixo da luta atual - defesa da soberania nacional, da democracia e contra a crise social - foram debatidos tendo em vista a necessidade de se superar o projeto neoliberal e identificado como a fonte da intensificação do racismo. Ressaltou-se, porém, que estes pontos não devem ser restritos aos mecanismos formais. Exemplo: a defesa da questão democrática, além da luta contra as manobras das elites em restringirem a participação dos partidos de esquerda nas eleições, implica também em lutar contra os assassinatos praticados pelos grupos de extermínio que já vitimaram lideranças populares na cidade do Rio de Janeiro.

Problemas a serem superados

O partido teve avanços significativos na frente racial, porém ainda depara com problemas. A origem destes problemas está na incompreensão ainda existente entre os comunistas de não considerar a componente racial como fundamental no entendimento dos mecanismos de exclusão do sistema capitalista, particularmente no Brasil, país que passou quase quatro séculos com a escravidão dos negros.

Em virtude desta incompreensão, há ainda resistências de discutir o problema do racismo nas diversas frentes - sindical, juventude, movimentos populares - chegando-se a uma visão incorreta de que este problema deve ser tratado especificamente pelos militantes que atuam no movimento negro.

Uma outra questão a ser melhor aprofundada pelo conjunto do Partido é o papel que as organizações da população marginalizada podem desempenhar no processo de luta política pela construção de uma nova sociedade. A crescente marginalização das populações limita a ação política das organizações populares clássicas (como as entidades sindicais e estudantis), necessitando, assim, de outras formas de organização que dêem conta destes setores excluídos. É nisto que o movimento negro pode desempenhar um grande papel.

Do ponto de vista da atuação de massas, apontou-se a necessidade de fortalecimento da UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), por ser esta entidade que vem defendendo a atuação prioritária na periferia e a necessidade de superação do atual sistema econômico, social e político para a conquista da cidadania. Como tarefa imediata para o fortalecimento da UNEGRO, os negros comunistas vão participar da organização do 1º Seminário Nacional da entidade, marcado para os dias 15, 16 e 17 de julho em Salvador (BA).

Roteiro histórico de A Classe Operária

Primeira fase - 1925-1940

1º de maio de 1925

Surge uma nova imprensa no país. A **Classe Operária**, órgão central do Partido Comunista do Brasil, edita seu primeiro número. Traz como legenda - *Um jornal de trabalhadores feito para trabalhadores*. Tiragem inicial: 5 mil exemplares, vendidos nas fábricas e nos sindicatos.

18 de julho de 1925

Sem qualquer justificativa legal A **Classe Operária** é fechada pelo governo. Sua tiragem e distribuição vinham aumentando rapidamente.

1º de maio de 1928

Reaparece novamente A **Classe Operária**. Denuncia com vigor a exploração das massas trabalhadoras e a polícia reacionária de Washington Luiz. Divulga orientação do PCdoB e da III Internacional.

Meados de 1929

A redação de A **Classe Operária**, no Rio, é invadida pela polícia e depredada. O mesmo ocorre com sedes de sindicatos. O jornal não pôde mais ser impresso legalmente. A partir daí circula na clandestinidade.

De 1930 a 1933

Após os acontecimentos de 1930 que culminam com a derrubada do regime existente e a instauração do governo discricionário de Getúlio Vargas, A **Classe Operária** enfrenta odiosa perseguição policial.

1935

Saliente papel é desempenhado pela A **Classe Operária** na preparação da insurreição nacional libertadora. Derrotado o movimento dirigido pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), a repressão se abate furiosamente contra o jornal dos comunistas.

De 1936 a 1939

Apesar da descoberta pela polícia de várias de suas oficinas e do assassinato de gráficos que a imprimem, A **Classe Operária** aparece sempre, estimulando os comunistas e todos os patriotas a combater o fascismo.

Princípio de 1940

Os beaguins de Felinto Muler,

assessorados pela Gestapo de Hitler, conseguem calar temporariamente a poderosa voz da imprensa proletária. A **Classe Operária** desaparece. O PCdoB sofre um duro golpe. Sua direção é encarcerada.

Segunda fase

Maio de 1945

Com a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial e a decomposição do Estado Novo, A **Classe Operária** volta a circular legalmente. Expressa a opinião de um forte partido comunista com cerca de 200 mil membros. Bandeira de luta das massas populares e de defesa da democracia, alcança grandes tiragens. É reeditada em vários estados.

De 1946 a 1948

Durante o governo reacionário do general Dutra, A **Classe Operária** torna a ser proibida de circular várias vezes, sem nenhum fundamento. Em 1948 é compelida a suspender sua publicação

1951.

A **Classe Operária** reaparece publicamente. Mas a repressão contra ela continua: é aprendida nas bancas dos jornaleiros, seus vendedores são vítimas de toda sorte de vexames.

1953

Devido à repressão, A **Classe Operária** deixa de ser editada. Com o surto revisionista no partido e a traição de Prestes ao marxismo-leninismo - 1956-57 - toda tentativa de reeditar é abandonada.

Terceira fase - 1962-1964

Março de 1962

Uma nova fase revolucionária se inicia para A **classe Operária**. Volta a circular legalmente, tendo como editor o camarada Maurício Grabois e como redator-chefe o camarada Pedro Pomar. Porta-voz do autêntico Partido Comunista do Brasil, marxista-leninista, reorganizado em fevereiro desse ano, o jornal cumpre uma das mais importantes tarefas. É o centro do combate ao revisionismo contemporâneo.

Julho de 1963

A **Classe Operária** traz, em suas páginas, o importante documento do Comitê Central do PCdoB intitulado "Resposta a Kruschov". Aí de

desmascara a política revisionista do PCUS e as infâmias de seu principal dirigente contra a China Popular, ao mesmo tempo que se faz fundamentada defesa da reorganização do PCdoB.

Março de 1964

É impresso legalmente o último número de A **Classe Operária**. Nele é desmascarada a posição traidora de Prestes que procura adormecer a vigilância do povo ao afirmar numa rede de televisão em São Paulo que a reação estava definitivamente batida, oferecendo simultaneamente seus préstimos à burguesia paulista.

Abril de 1964

A **Classe Operária** é fechada pelos golpistas

Quarta fase - começa em 1965

1º de maio de 1965

A **Classe Operária** volta a circular na clandestinidade. No editorial "Trincheira de luta", se lê: "Há pouco mais de um ano era arbitrariamente suspensa A Classe Operária, combativo e valoroso órgão do proletariado revolucionário". "Hoje, sua palavra se faz novamente ouvir. É mais uma fase de sua heroica existência".

Dezembro de 1972

A polícia invade o local onde é impressa A Classe Operária, em São Paulo. Confisca suas máquinas e tortura os que nelas trabalham.

Janeiro de 1975

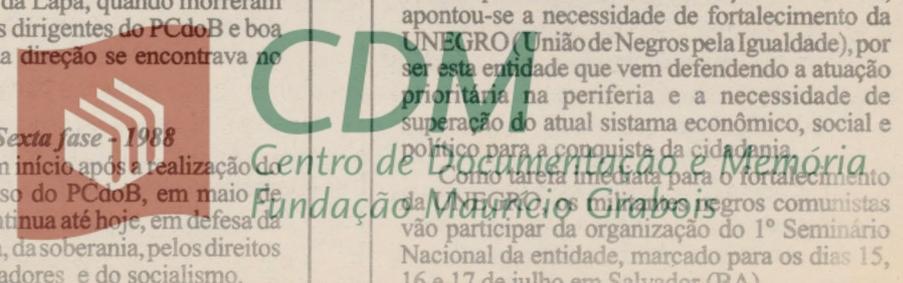
Em seu número 93, publica a resolução do Comitê Central do PCdoB sobre a comemoração do 50º aniversário da fundação de A Classe Operária.

Quinta fase - 1976

Nesse período, A Classe Operária passou a ser editada no exterior. Depois da chacina da Lapa, quando morreram importantes dirigentes do PCdoB e boa parte de sua direção se encontrava no exterior.

Sexta fase - 1988

Esta tem início após a realização do 7º Congresso do PCdoB, em maio de 1988. E continua até hoje, em defesa da democracia, da soberania, pelos direitos dos trabalhadores e do socialismo.



A Classe Operária

BRASIL

Qual é sua cara?

JOSÉ CARLOS RUY

Quando a novela *Renascer* foi ao ar, pela Globo, no começo de março, muita gente viu uma retomada da temática nacional e popular na televisão. Os requintes com que certos aspectos da cultura popular nordestina são ali apresentados lembram a qualidade cinematográfica de *Pantanal*, de 1989. Danças populares, credices, hábitos, cenas de trabalho, etc. montam um cenário de acabamento primoroso. As referências culturais vão desde desafios, cantadores, bumba-meu-boi, o misticismo da gente pobre do sertão, até a música sertaneja de grande autenticidade e ao registro quase etnográfico dos falares regionais.

Destacar as qualidades formais de obras desse tipo, porém, é uma leitura meramente superficial daquilo que a indústria cultural oferece, no horário nobre, a milhões de brasileiros. É preciso questionar mais fundo, ir além dos aspectos meramente formais e artísticos, tentar compreender o significado ideológico que está por trás de projetos dessa natureza, interrogá-los à luz de uma reflexão mais ampla e abrangente sobre a cultura brasileira.

Assim, deve-se destacar inicialmente que, paradoxalmente, os ideólogos da ditadura militar também beberam na mesma fonte de novelas como *Renascer*, em seu esforço de criar uma identidade nacional adequada aos sonhos de Brasil Grande, que levaram ao ar o bumba-meu-boi e outras manifestações populares em rede nacional, no Projeto Minerva.

A mesma fonte

Não é sem razão que beberam na mesma fonte. De certa forma, isso simboliza a consolidação, nas últimas décadas, da idéia de que o Brasil brasileiro, autêntico, não contaminado por estrangeirismos, é o Brasil rural, principalmente o que fica da Bahia para cima. Daí a referência recorrente a cenários rurais, particularmente nordestinos, quando se pretende, na indústria cultural, mostrar a cara do Brasil - mesmo porque a outra alternativa usada tradicionalmente pelos conservadores, a vida urbana no Rio de Janeiro, parece comprometida pelo agravamento das contradições nos últimos anos.

Tentar montar a cara do Brasil num cenário rural, ou mesmo nordestino, é um projeto claramente oligárquico. Trata-se do Brasil das oligarquias, dos latifundiários, do Brasil pré-capitalista, que se contrapõe ao Brasil capitalista do Sudeste e do Sul. Trata-se, mais rigorosamente, da reatualização, naquele Brasil de coronelismo modernizado, do mito de unificação nacional, sob o tacão das velhas oligarquias que mandam desde o período colonial.

Novelas como *Renascer* nada mais fazem do que transpor para a

linguagem televisiva o mesmo populismo que animou o filão descoberto e explorado por Jorge Amado, inaugurado com *Gabriela Cravo e Canela* e praticamente repetido em todos seus escritos posteriores. A televisão fixou esse tipo em novelas como *Saramandaia*, *Gabriela*, *Tieta*, *Pantanal*, *Roque Santeiro*, *Renascer*, etc. Trata-se da expressão artística da mesma concepção oligárquica, patriarcal, sistematizada por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*: a apologia do latifundiário, a apresentação atenuada dos conflitos sociais, a glorificação do mito do bom senhor, das relações cordiais, da benevolência ambígua com que os ricos tratam os pobres no Brasil rural.

Mito antigo

Esse mito é antigo, mas persiste, e se oculta nos aspectos formais e no belo acabamento de obras como a que tratamos aqui, obras nas quais certos estudiosos da cultura e da comunicação chegam mesmo a enxergar um desenvolvimento do nacional-popular, que teria se tornado internacional-popular nas novelas que, exportadas, levam essa cara do Brasil aos quatro cantos do mundo.

É preciso contrapor a essa espécie de produto da indústria cultural as criações geniais de Graciliano Ramos, ou mesmo do conservador Guimarães Rosa, para ressaltar a pobreza temática e humana do que é mostrado na televisão. O espetáculo *Ser tão, Sertão*, onde Lima Duarte, Saulo Laranjeira e Papete apresentam uma leitura de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, recorda alguns traços mais adequados para se retomar a questão do nacional e popular. Lembra a vida nos sertões mineiros com grande arte, sem a filtragem ideológica do populismo conservador, que faz a apologia das oligarquias. Outros traços dessa questão aparecem na própria idéia do show MPBdoB, apresentado na

semana passada em São Paulo. MPBdoB é uma expressão do crítico Nelson Motta para designar àqueles que, como Tom Zé, Edu Lobo, a família Caymmi, Wagner Tiso, fogem ao sucesso comercial fácil, e procuram exprimir a multilateral riqueza musical do país. *Ser tão, Sertão* e MPBdoB são dois sinais apenas, mas muito expressivos. Sem xenofobia, procuram voltar a olhar para o próprio país, para os próprios brasileiros.

Olhar brasileiro

Um olhar semelhante, mas de envergadura bem maior, está registrado no livro *Dialética da Colonização*, de Alfredo Bosi, lançado no final de 1992 pela Companhia das Letras. É um dos mais belos balanços da cultura brasileira jamais escritos, inserido numa tradição rica de reavaliações globais de nossa história cultural, e que coloca a reflexão sobre a cara do Brasil num outro patamar, mais elevado, quando tenta detectar, nessa história que vai completar 500 anos, o conflito permanente entre a proble-

mática nacional, local, e as influências externas.

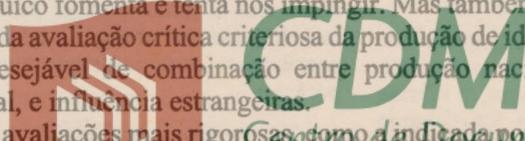
O livro de Alfredo Bosi comprova mais uma vez, como se fosse necessário, a maturidade da cultura brasileira, indicando um enfoque fértil para a reflexão cultural: o da denúncia dos mitos unificadores da nacionalidade, expresso em novelas como *Renascer*, que o populismo oligárquico fomenta e tenta nos impingir. Mas também indica a necessidade da avaliação crítica criteriosa da produção de idéias no país, e do grau desejável de combinação entre produção nacional, expressão nacional, e influência estrangeiras.

Em avaliações mais rigorosas, como a indicada por Alfredo Bosi, a cara das elites brasileiras não terá jamais o tom róseo daquela apresentada nas novelas. Ao contrário, é o rosto dilacerado, alienado em relação ao povo, com a face voltada principalmente para os grandes centros mundiais do imperialismo.



Cena da novela "O Bem Amado"

ARQUIVO



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois